

Universidades Lusíada

Esteves, João Amorim, 1948-

Estudos de direito internacional : formação e evolução do conceito de segurança

<http://hdl.handle.net/11067/1684>

<https://doi.org/10.34628/wyww-m893>

Metadados

| | |
|---------------------------|--|
| Data de Publicação | 2015-10-27 |
| Palavras Chave | Segurança internacional, Direito internacional |
| Tipo | article |
| Revisão de Pares | Não |
| Coleções | [ULL-FD] LD, s. 2, n. 12 (2014) |

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T10:46:47Z com informação proveniente do Repositório

ESTUDOS DE DIREITO INTERNACIONAL FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA

João Amorim Esteves¹

Sumário: 1. Introdução. 2. Definição de estudos de segurança internacional. 2.1. Três formas sobre segurança e conceitos adjacentes 2.2. A fronteira disciplinar dos estudos de segurança internacional. 3. Questões-chave nos estudos de segurança internacional. 3.1. Epistemologia e debates de segurança. 3.2. Breve referência aos conceitos de segurança. 4. As forças motrizes na evolução dos estudos de segurança internacional. 5. Estudos estratégicos, dissuasão e guerra-fria. 6. O desafio da segurança nacional durante a guerra-fria. 7. Estudos de segurança internacional pós guerra-fria 8. O retorno à segurança nacional após o 11 de Setembro. 9. Conclusão.

Palavras-chave: Estudos de segurança internacional; Guerra-fria; Segurança nacional.

Contents: 1. Introduction. 2. Definition of international security studies. 2.1. Three forms of security, security concepts and adjacent concepts 2.2. The disciplinary frontier of international security studies. 3. Key issues on international security studies. 3.1. Epistemology and security debates. 3.2. Quick reference to security concepts. 4. The operating forces in the evolution of international security studies. 5. Strategic studies, deterrence and the cold war. 6. The challenge of national security during the Cold War. 7. Post-Cold War international security studies 8. The return to national security after September 11. 9. Conclusion.

Key-words: international security studies; Cold War; National security.

Introdução

A evolução dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) começou por ser uma área de estudos independentes mas que, entretanto, se foi deixando ligar às

¹ Professor de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto

Relações Internacionais, dado que é, acima de tudo, um produto ocidental, fruto de um certo desenvolvimento, em paralelo, nos EUA, na Europa e na Austrália. Por isso, se pode dizer que hoje os ESI são uma parte indispensável das RI. A literatura que precede a Segunda Guerra Mundial era caracterizada por estudos de guerra, grande estratégia e estratégia militar, além de geopolítica, onde se incluem autores como Clausewitz, Mahan, Haushofer, cujas obras continuam indiscutivelmente relevantes.

Contudo, após 1945, começa a aparecer uma literatura específica sobre Segurança (Freedman, 1981a; Waever e Buzan, 2007), que se distinguia por três formas. Primeiro, o conceito-chave passou a ser Segurança em vez de defesa ou guerra, atirando a questão para o seio de questões políticas, incluindo a relação das ameaças, das vulnerabilidades militares e não-militares e a inclusão societal. Depois, porque esta literatura começou a incluir novos problemas como os da Guerra Fria e das armas nucleares. E, finalmente, porque a discussão em torno das condições estratégicas específicas passaram a ter um cunho mais civilista e não exclusivamente militar, transcendendo a *expertise* tradicional de combate, dado que para a análise e discussão começaram a ser trazidos outros especialistas civis, como físicos, economistas, sociólogos e psicólogos. As questões passaram a ser multidisciplinares, sendo uma das razões o fato de este tipo de questões florescerem em países democráticos.

Embora as tendências fossem neste sentido, não significa dizer que a sua compreensão passasse a ser percebida desta forma, de imediato, pois o fato é que a predominância da doutrina anterior continuou bem para além da Guerra Fria, em que a agenda era consideravelmente militar, dado que se continuava a considerar que a União Soviética representava uma profunda ameaça militar e ideológica para o Ocidente. Contudo, a partir dos anos 1970, o termo segurança ressurgiu sob pressão das seguranças económicas e ambiental e, durante os anos 1990, surgiram as vertentes da segurança societal ou identitária, humana, alimentar, entre outras, o que pode ser entendido como um desafio às premissas estadocêntricas, abrindo caminho para estudos sobre a importância das ideias, da cultura e outros objetos de referência. Assiste-se, assim, a um alargamento do espectro dos ESI em várias direções, porém, interrelacionados. Esta evolução passa por um conceito que implica compreender a sua história intelectual, as mudanças que ocorrem nesse meio, por isso, a evolução não é teleológica. Ela expõe a lógica da mudança sem pressupor qualquer resultado ou efetuar qualquer previsão. Não se trata de identificar a melhor ou a única teoria ou integrar as diversas teorias e formar a 'teoria magna'. O objetivo é referir a história intelectual de como as diferentes abordagens definem os posicionamentos nos debates sobre ESI, ou seja, de forma simplesmente temática, como por exemplo, sobre a 'contenção', de forma isolada. Teóricos de política e de RI, como R.B.J. Walker (1987, 1990, 1993) e Michael C. Williams (1998, 2005, 2007), explicaram que conceitos de segurança são, a um nível mais profundo, 'soluções' específicas para questões importantes que respeitam à identidade do Self e do Outro, às

fronteiras (territoriais e sociais), à autoridade, à legitimidade e à soberania, que se interrelacionam para dar origem a concetualizações alternativas. Daí que, a abordagem histórica é essencial para nos ajudar a mostrar como essas estruturas se formaram, em suma, para mostrar a sua dinâmica. Esta posição normativa, acerca de como os ESI se devem desenvolver ao nível da sociologia da ciência de forma ideal, conduz-nos à conclusão de que os ESI estão melhor enquadrados ao incluir múltiplas perspetivas. Nesta ótica os ESI podem trilhar áreas e escolas distintas, ramificando-se, através de processos de institucionalização que deram oportunidades a todos de publicar, desde os realistas e neorrealistas aos feministas e pós-estruturalistas.

Deste modo, o nosso trabalho tentará responder aos desafios que se colocam ao tentar definir ESI, por meio de quatro questões (objeto de referência, localização das ameaças, setor de segurança e visão política de segurança) e que o conceito de segurança se apoie em três formas ou conceitos adjacentes: complementares, paralelos e opostos. Ainda, sobre a relação entre os ESI e outras disciplinas, em especial as RI.

Depois, serão tratados conceitos centrais dentro dos ESI: o Estado, o governo, a soberania e a autoridade e, a forma como eles se relacionam historicamente.

Noutra parte, serão enumeradas as ‘cinco forças motrizes’ responsáveis pela formação e evolução dos ESI para, tentarmos perceber como a disciplina se desenvolveu. De seguida, será abordado o período da Guerra Fria, da ‘época dourada’ dos Estudos Estratégicos, do seu declínio, dos que a desafiaram durante a década de 1980 (Pesquisa da Paz, Controle de Armamentos, das perspetivas económicas e de segurança ambiental e das mais aprofundadoras como as feministas e pós-estruturalistas).

Segue-se uma análise que engloba o período do fim da Guerra Fria até ao ataque terrorista do 11 de Setembro (11S) e, depois desse curto período de tempo, tentando avaliar o impacto do evento sobre os ESI.

Finalmente, uma síntese, que tenta resumir as principais conclusões sobre o novo formato dos ESI, tecendo considerações sobre o panorama dos ESI no presente e no futuro.

1. Definição de estudos de segurança internacional

Podemos, com certeza, afirmar que foram os debates sobre como proteger o Estado contra ameaças externas e internas, após a Segunda Guerra Mundial, que deram origem aos Estudos de Segurança Internacional. Segurança foi a palavra adotada (Wolfres, 1952, Yergin, 1978), para distinguir os ESI das disciplinas de Estudos da Guerra e História Militar.

Mas o termo ‘segurança internacional’ não foi adotado de forma imediata e, por outro lado, não existe uma definição universalmente aceite sobre os ESI. Logo, não há nenhum acervo que nos ajude a definir o nosso objeto de estudo. Podemos

adiantar que o seu significado se tornou um campo de política disciplinar com diferentes perspectivas. Parafraseando Foucault, de que [...a história é sempre contada a partir do presente], podemos concluir que teria sido mais fácil delinear os ESI caso tivessem sido sempre centrados no conceito de segurança, o que infelizmente não aconteceu. Na ‘época dourada’, dos Estudos Estratégicos, terá sido fácil pensar que ‘estratégia’ era o conceito dominante, mesmo que dominada por pensadores civis. Em 1983, Buzan (1983, p.3) poderia afirmar que a segurança era um ‘conceito subdesenvolvido’. A solução apontada por Barry Buzan e Lene Hansen é tentar compreender os debates concetuais sobre segurança como «produto de um legado histórico, cultural e profundamente político» *apud* (M.C. Williams, 2007, p.17) e não apenas como algo que pode ser solucionado por meio de referências a fatos empíricos. Como já foi referido, a disputa centra-se na história disciplinar, fornecendo um relato estruturado que mostre como as múltiplas perspectivas se ligam entre si na discussão sobre segurança. É claro que autores realistas e liberais como Hobbes, Clausewitz e Tucídides e de outras figuras clássicas pré-ESI foram e são importantes, mas a preocupação atual é com a evolução dos ESI modernos e com o uso feito por teóricos militares e políticos clássicos pós-1945. No fundo, pretende-se que os ESI sejam vistos como estruturados em torno de quatro questões: «privilegiar o Estado como objeto de referência; incluir tanto as ameaças internas como as externas; expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força; ver a segurança de modo indissociável a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgências» *apud* (Barry Buzan e Lene Hansen)². São estas quatro questões que estruturam os ESI desde o final dos anos 1940, e constituem o âmago da definição de ‘segurança internacional’, embora ‘Segurança’ seja sempre um ‘conceito hifenizado’, como já referimos, a que, de seguida, faremos uma breve referência.

- Privilegiar o Estado como objeto de referência - seja na forma de ‘segurança nacional’ ou de ‘segurança internacional’ tradicionalista, a nação ou Estado era o objeto de referência normativo. A nação apoiava um Estado que, em troca protegia os interesses e os valores da sua sociedade. Assegurar o Estado era visto instrumentalmente como a melhor maneira de proteger outros objetos de referência. De forma sucinta, este era o conceito do período da Guerra Fria.

- Incluir tanto as ameaças internas como as externas - como a segurança está ligada às questões de soberania estatal, acaba por ter que respeitar o posicionamento de ameaças em relação aos limites territoriais. A ‘segurança nacional’ tinha deixado de se preocupar com problemas exclusivamente internos para passar a considerar as ameaças externas, de potências ideologicamente opostas, logo, potencialmente hostis (M.C.Williams, 2007, p.17) Quando este pensamento se institucionalizou, apareceu o conceito de ‘segurança internacional’, não para substituir ‘segurança nacional’ mas para a acompanhar. Note-se que este

² Em, a evolução dos ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL (2012), Editora Unesp, São Paulo, Brasil.

movimento foi concomitante com o crescente status das Relações Internacionais como disciplina, que se baseava em diferenciar a política interna da política internacional, questão que coincidiu com o fim da Guerra Fria.

- Expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força – os ESI foram fundados durante a Guerra Fria, numa altura em que a ‘segurança nacional’ se tornou quase sinónimo de ‘segurança militar’, não significando isto que não se levassem em conta outras capacidades, como o vigor económico, a estabilidade dos governos, energia, ciência e tecnologia, segurança alimentar e recursos naturais, que no fundo acabavam por fazer parte da possibilidade do uso e controle da força, logo, da segurança militar. Porém, esta conceção de segurança não deixou de ser contestada, mesmo durante a Guerra Fria, pois os pesquisadores da paz defendiam que era igualmente uma prioridade a luta pelas necessidades humanas e contra a ‘violência estrutural’. Mais tarde, uma conceção mais alargada de segurança acabaria por incluir os aspetos sociais, económicos, ambientais, de saúde de desenvolvimento e de género.

- Ver a segurança de modo indissociável a uma dinâmica de ameaças, perigos e urgências – a ‘segurança nacional’ desenvolveu-se num clima intimamente ligado a um clima político, no qual o Ocidente se sentia ameaçado por um inimigo comum hostil. Este clima levaria a que as partes, tal como no ‘dilema de segurança’, os grupos adquirissem mais capacidades de molde a criar insegurança de ambos os lados, «...num círculo vicioso de segurança e acumulação de poder» (Herz, 1950, p. 157). Durante a Guerra Fria, este era o senso comum para as principais correntes de ESI. Mas, à medida que os debates se alargavam, na década de 1990, esta ligação da segurança a medidas de defesa radicais e urgentes, não deixou de abrir portas a que alguns, mesmo assim, defendessem o alargamento do conceito, como os teóricos da Escola de Copenhaga, aceitando, contudo, a excecionalidade e a urgência das medidas (Waever, 1995; Buzan et al, 1998). Ao contrário, outros criticavam, argumentando que esta noção de segurança se identificava com uma visão realista própria do Estado e da política internacional.

1.1.Três formas sobre Segurança e conceitos adjacentes

Os ESI começaram por ser definidos como um ramo dos Estudos de Segurança, sustentando-se que os mesmos se organizaram em torno de respostas diferentes às quatro questões acima apresentadas.

Interessará então avançar, tentando delinear e chegar ao modo pelo qual os ESI se desenvolveram. Obviamente que a área está estruturada por uma série de conceitos-chave, mas o conceito central é a ‘segurança’, tendo ocorrido poucas discussões académicas, a este propósito, após a primeira década da Guerra Fria. Mesmo os que desafiavam os Estudos de Segurança e os ESI, geralmente, não queriam enveredar pelo conceito de segurança, mas pelo conceito de paz ou por discussões mais concretas como o desarmamento, controle de armas ou movimentos de ordem mundial. O conceito era subdesenvolvido, não

problematizado e antagónico, nomeadamente, para os ‘Pesquisadores da Paz’, na medida em que continuava mais do lado realista, estratégico e militar. A partir dos anos 1980, à medida que a Guerra Fria se desmantelava, passou a tratar-se da segurança de modo mais explícito. Logo apareceram abordagens de segurança sob o rótulo de ‘Estudos Críticos’ (com conceitos-chave de segurança individual e de emancipação); estudos de segurança baseados no Instituto de Pesquisa da Paz de Copenhaga e do Instituto de Pesquisa da Paz de Oslo (PRIO), que mudou o nome do seu boletim de ‘Propostas para a Paz’ para ‘Diálogo de Segurança’. O conceito não deixou de ser contestado mas contribuiu para gerar debates de diferentes perspetivas, algumas opostas. Ou seja, contar a história dos ESI da Guerra Fria, sem incorporar a crítica que geraram seria homogeneizar o terreno académico e político em que se situavam os ESI, o que não seria correto. Depois da Guerra Fria, a ‘segurança’ passou a ser uma matéria que gerou debates sobre temas e perspetivas que antes se opunham e que agora podiam coexistir ou unificar-se. Barry Buzan e Lene Hassen sugeriram que a segurança fosse vista e apoiada por três tipos de conceitos: primeiro, por conceitos complementares, tais como ‘estratégia’, ‘dissuasão’, ‘contenção’ ou ‘humanitarismo’, os quais apontam para um conjunto mais específico de questões; segundo, por meio de conceitos paralelos, como ‘poder’, ‘soberania’ ou ‘identidade’, que colocavam a segurança no quadro de referência da Teoria Política ou, num âmbito mais vasto, das RI; terceiro, através de conceitos opostos, que dizendo respeito à segurança, defendiam que deveriam ser substituídos por outros conceitos, como a ‘paz’, próprios da ‘Pesquisa da Paz’, durante a Guerra Fria, ou ‘risco’ ou ‘exceção’, inerentes aos debates do século XXI. Esta metodologia tem a vantagem de juntar a segurança de três conceitos adjacentes e permitir conduzir uma análise estruturada fornecendo coesão suficiente aos ESI ao torná-los uma subárea com identidade própria.

Outra questão, é saber como evoluíram os ESI, ao serem incluídos na segurança internacional tanto por académicos como por atores políticos. A Segurança ambiental não fazia parte das suas correntes principais, nos anos 1980, e hoje seria absolutamente inconcebível excluí-la. Este tipo de inclusão deve-se, também, a conceitos hifenizados, por parte de alguns setores como sejam os das áreas da saúde ou dos media, entre outros.

1.2. A fronteira disciplinar dos ESI

As questões concetuais de que vimos a tratar, ainda deixam em aberto a questão sobre a determinação das fronteiras nos ESI e outras disciplinas, em especial as RI. Desde logo, é difícil determinar a fronteira entre ESI e RI. Logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, a resposta, com alguma precisão, focava-se na utilização da ‘força estatal militar’ face ao tipo de ameaças que os Estados enfrentam. Devido ao seu pendor estadocentrista e às suas posições sobre o poder, simplificando, corre-se o risco de se confundirem com o setor técnico-militar da abordagem realista das RI, conhecida como ‘Estudos Estratégicos’. Com o final

da Guerra Fria, o que cada vez mais distinguia os ESI das RI, era o fato de se centrarem mais em debates sobre o conceito de segurança nacional. De resto, há justaposições inevitáveis, pois certos debates sobre RI têm-se desenvolvido à volta de temas sobre 'segurança', como é o caso do Neo-realismo waltziano, particularmente, sobre como a polaridade do sistema pode afetar a estabilidade e a grande estratégia, ou seja, a 'segurança' (Huntington, 1993b, 1999; Waltz, 1993; Kagan, 2002), por outras palavras, a conceção convencional de segurança é tacitamente aceite como 'segurança nacional'.

Essas justaposições também se multiplicaram devido às posições da teoria construtivista, a partir de 1990, que enfatiza ideias, normas, cultura e identidade, um pouco como as teorias neo-realistas e neoliberais (Katzenstein, 1996 a). Apesar de as RI serem, sem dúvida, a disciplina mais abrangente para os ESI, não é a única que os influencia. Alguns dos mais importantes pensadores da teoria dos jogos eram economistas, físicos e de outras áreas, muito envolvidos na situação nuclear. Com efeito, a partir de 1990, uma série de sociólogos, teóricas feministas, filósofos, antropólogos e os media entraram nos debates sobre ESI. Os ESI não possuem, assim, fronteiras claramente definidas, podendo percorrer tanto a teoria das RI e da Economia Política internacional como a análise política e a Teoria Política. Não podem deixar de se incluir, ainda, alguns aspetos de caráter militar, conceitos de paz e mediação de conflitos, além de outros, dependendo da argumentação dos seus autores, que podem ficar em aberto para outras teses.

Os ESI são, de nascença, uma disciplina anglo-americana baseada na conceção ocidental do Estado, o que, sem dúvida, constitui uma limitação política e empírica para grande parte do mundo não ocidental, onde o desenho das fronteiras coloniais desrespeitou comunidades e alianças locais e regionais, o que acabou por produzir conjuntos de estruturas políticas económicas e culturais bem distintas (Krause, 1996, Bigin, 2008). Em conclusão, a história tal como aconteceu vem dar origem a uma certa encruzilhada, com a qual ainda hoje nos defrontamos.

2. Questões-chave nos estudos de segurança internacional

Para além das quatro questões-chave referidas no número anterior, vamos, neste número, incluir uma quinta questão que tem a ver com as epistemologias e metodologias que devem ser seguidas nos ESI.

Sobre esta matéria tem-se constatado que os estudos sobre ESI não se tem esforçado em discutir determinadas questões, nomeadamente epistemológicas, mas as respostas definidoras de certos limites é crucial para se saber que tipo de projetos de pesquisa e análise devem ser empreendidos. O conceito dominante é o que se prende com a segurança interna e externa ou internacional, dos Estudos Estratégicos Realistas, o que, por outras palavras, significa dizer, que as abordagens de segurança tendem a fazer do Estado ou do indivíduo o objeto de

referência, a conceber segurança militar ou não militar e a traçar uma linha entre política internacional e nacional. Os debates contemporâneos relacionam-se com essas posições clássicas, mas também com respostas clássicas às novas posições.

Em boa verdade, seria impossível compreender como os debates sobre ESI se desenvolveriam sem ter como referência o Estado. De acordo com as teorias de vários cientistas políticos, duas transformações históricas tiveram um grande impacto na formação do Estado moderno. A primeira, foi a passagem de um Estado medieval para o Estado moderno e, a segunda, a transformação de uma forma de governo monárquica para uma nacional e popular. As diferenças fundamentais entre ambos os tipos, baseiam-se na importância que cada uma delas teve em relação às igrejas (fator religioso) e aos impérios (fator político). O problema veio dar origem a conflitos baseados na discussão entre a importância da fé, aos apelos emocionais e de consciência e ao raciocínio lógico baseado em fatores materiais observáveis, ou seja, ao raciocínio lógico objetivo. E, assim, esta discussão passou pela famosa interpretação de Hobbes, do Estado soberano como o Leviatã, que fornecia a solução para o problema da segurança individual. Mas, também, por pensadores liberais, como John Locke, céticos em relação a esse tipo de julgamento.

De fato, há uma diferença entre os diversos níveis de análise. Veja-se, por exemplo, que os que desafiaram o papel privilegiado atribuído ao Estado por Hobbes e pelos realistas, nos ESI, o fizeram, de uma forma geral, sobre uma de duas bases empíricas. Uma afirmava que muitos Estados são fracos ou falidos para fornecer a segurança prometida aos seus cidadãos, veja-se o caso da Somália, do Afeganistão, da República Democrática do Congo. A outra, afirma que os Estados, principalmente os não democráticos, em geral, ameaçam os seus próprios cidadãos, não só, através de decisões arbitrárias mas, também, perseguindo-os de forma direta, detendo-os ou assassinando-os, pense-se no caso da Birmânia (Mianmar), na União Soviética de Stalin, no Zimbabué de Mugabe ou em qualquer outra ditadura. O que está em jogo entre os argumentos empíricos e os abstratos, que se desafiam, é que a grande quantidade de argumentos torna difícil encontrar uma solução ou, até mesmo, um terreno comum a partir do qual se possa debater. Como refere Walker (1997), essas abordagens que desafiam o Estado devem criar respostas alternativas para o problema da identidade política e sobre quem deverá fornecer segurança na ausência do Estado soberano.

Há, ainda, uma segunda transformação histórica fundamental para compreender a conceção do Estado nos ESI, que é o nascimento do nacionalismo moderno como as revoluções Francesa e Norte-Americana, na medida em que, representaram a decapitação do monarca, para além de introduzir a soberania popular. O nacionalismo como uma ideologia moderna aumentou, a 'nação', tornou-se uma 'comunidade imaginada' (Andersen, 1991, p.7), cujos membros compartilhavam de uma identidade social, cultural e política comum. Os indivíduos deixavam de estar confinados, de nascença, a uma posição que os impedia de ascender, fosse através das suas competências ou do seu trabalho, a qualquer estatuto. A legitimidade do Estado soberano deixou de estar baseada em

direitos divinos ou monárquicos inerentes, mas sim, na capacidade do governo de decidir de acordo com os valores, interesses e a identidade do povo. Se assim não fosse, o povo assumiria o seu poder constitucional de depor o Governo. A introdução do nacionalismo e do governo popular tornaram a componente interna da segurança estatal não apenas numa questão de força e controle, mas de legitimidade e coesão social. Mas a situação não fica resolvida porque, entretanto, era importante determinar até que ponto a sociedade era homogênea e apoiava o governo. E essas preocupações eram próprias de pensadores realistas clássicos como Kennan (1947, p.581) e Huntington, no período pós-Guerra Fria, em que a 'defesa' não se resumia apenas à defesa da fronteira territorial, mas, também, à necessidade de evitar ameaças internas que pudessem atingir um patamar que pudesse ser considerado um problema de segurança. Com o advento do nacionalismo, as nações que possuíam identidades próprias, acabaram por 'sacralizar' o território. Isto fez com que as aquisições territoriais se tornassem menos atraentes, já que uma população hostil poderia resistir ao 'ocupante'. Por outro lado, começou a levantar-se um problema sobre quais seriam as nações que deveriam governar a quem, e quem tinha o direito de estar ou ocupar um determinado território. Esta questão tornou-se particularmente notória com as crenças sociais darwinistas do século XIX, segundo as quais, as nações mais poderosas conferiam a si próprias o direito de submeter, por meio da força ou do 'colonialismo civilizatório', povos menos 'avançados'.

Durante o período da Guerra Fria, as atenções recaíam sobre as ameaças externas, embora tal posição não deixasse de ser algo ambígua, dado que os realistas sempre privilegiaram a segurança do Estado, o uso da força militar, a capacidade de projetar essa força, e a coesão interna, perante a evidência da existência de fortes partidos comunistas no Ocidente. E, assim, fizeram-se esforços para manter a esquerda longe em Itália e tolerar Franco no poder, em Espanha. À medida que a Guerra Fria chegava ao fim e os conflitos étnicos e as guerras civis reapareciam, começaram a aparecer a instabilidade e a coesão interna (Posen, 1993, Kaufman, 1996). Muitas outras abordagens colocavam a questão da coesão social, principalmente, as muito ligadas às teorias da Escola de Copenhaga (Waever et al, 1993; Buzan et al, 1998).

O nacionalismo foi, desse modo, ganhando o seu próprio espaço, pois, por um lado, pôs em causa as próprias conceções realistas de soberania estatal e segurança nacional, já que os direitos universais defendidos pelas revoluções Francesa e Norte-Americana ocasionaram a comunhão de todos os seres humanos e não apenas daqueles que compartilham uma nação. Isto implica a possibilidade de um objeto de referência, que não seja o Estado, poder não estar alinhado com a nação mas, também, com a 'segurança individual' e com a 'segurança grupal/societal'. Portanto, este entendimento da universalidade dos direitos individuais também permite uma leitura internacional menos conflituosa. Esta tradição idealista de pensamento, que continua através da 'Pesquisa da Paz' e dos atuais Estudos Críticos de Segurança, defende que, caso sejam garantidas

as possibilidades de segurança, liberdade e expressão, conduzirá à ausência de conflito violento, não só dentro, mas também, entre comunidades, o que nos pode levar a pensar se será possível alcançar um conceito internacional de justiça (Bull, 1977).

2.1. Epistemologia e debates de segurança

Retrocendo a Westfália, a questão de fazer da segurança um campo material e racional de deliberação, estava ligada à tentativa de pacificar as relações interestatais e ao modo de definir o conhecimento. Os processos históricos que serviram de base à constituição do moderno conceito de segurança, também tiveram influência no modo como a segurança deveria ser estudada, por outras palavras, deram origem a uma ligação mais clara entre o conceito de segurança e a epistemologia.

A epistemologia diz respeito aos princípios e às diretrizes de como o conhecimento pode ser adquirido, no contexto dos ESI, refere-se à questão de como deve ser estudada a segurança. Durante a Guerra Fria, este problema resumia-se a debates entre ‘tradicionalistas’ e ‘behavioristas’ no que respeita às RI. Contudo, a partir do final da década de 1980 e, principalmente, durante a década de 1990, à medida que o debate sobre epistemologia nas Ciências Sociais se ia desenvolvendo, começou por se aplicar, primeiramente às RI e, partir delas, os ESI.

A primeira distinção epistemológica central nos ESI é entre conceções de segurança objetivas, subjetivas e discursivas. As definições de segurança objetiva e subjetiva foram ensaiadas por Wolfers (1952, p. 485), num dos primeiros textos clássicos de ESI, [Segurança nacional como um símbolo ambíguo]. Em termos objetivos, a segurança mede a ausência de ameaças a valores adquiridos. Em sentido subjetivo, a ausência do medo que tais valores sejam atacados. Segundo o autor, não era possível medir objetivamente a segurança, na medida em que as avaliações subjetivas são difíceis de mensurar.

As ‘abordagens subjetivas’ de segurança elevaram a importância da história e das normas, das psicologias do medo e das percepções erróneas, além dos contextos relacionais (amigos, rivais, neutros, inimigos), em que se enquadram as ameaças. Os Estados tal como as pessoas, podem experimentar estados paranoicos, racionais e, até, complacentes. Essas abordagens defendem que, no mínimo, a visão tradicional sobre as capacidades militares deveria ser complementada com fatores não materiais, tal como a cultura nas forças armadas, o nível de coesão nacional ou as normas sobre o uso legítimo de armas químicas ou assassinatos, por exemplo (Johnson, 1995; Thomas, 2000). De forma mais abrangente, o ‘dilema de segurança liberal’ ocorre quando os Estados se apercebem das intenções recíprocas, de forma errada. Cada Estado luta para garantir a sua segurança, mas ao fazê-lo, outros o interpretam, falsamente, como um ameaçador. Por seu lado, as abordagens subjetivas não prescindem da definição objetiva de segurança, mas confrontam-na com o ‘filtro’ subjetivo.

As 'abordagens discursivas' defendem que, tanto as conceções objetivas como as subjetivas, são enganosas. A 'Escola de Copenhaga' defende que a segurança é um 'ato da fala' e ao «ao falarmos de 'segurança', um representante estatal declara uma condição de emergência, reivindicando, portanto, o direito de utilizar quaisquer meios necessários para se opor a uma ameaça» (Buzan et al, 1998, p. 21; Waever, 1995). Um fator importante para a análise de segurança é, portanto, compreender o processo pelo qual as 'ameaças' se manifestam como problemas de segurança na agenda política. As 'ameaças', nesse sentido, são objetivas, quando aceites por atores políticos significativos. A segurança é, resumindo, uma prática auto-referencial (Buzan et al, 1998, p. 24), o que não significa dizer que todas as questões políticas mereçam a importância de segurança porque a construção discursiva de 'ameaças à segurança' será influenciada pela história de um Estado, pela sua posição geográfica e estrutural, além das reações discursivas que possam obter de outros, internacional e domesticamente. Para que os 'atos da fala' sejam bem-sucedidos, têm, também, que convencer os públicos relevantes.

Em conclusão, a maior parte das abordagens realistas e liberais adotou o caminho positivista, ou seja, o racionalismo, enquanto os construtivistas críticos, pós-estruturalistas e a maior parte das feministas, optaram por uma abordagem 'pós-positivista' e 'reflexivista' (Keohane, 1988). Embora a consciência da epistemologia nos ESI seja uma novidade relativa, a sua presença e as suas influências marcaram a sua posição, desde o início.

2.2. Breve referência aos conceitos de segurança

Como já foram referidas, até aqui, muitas teorias, a propósito das diferentes abordagens sobre os ESI, passaremos a um guia rápido para assinalar semelhanças e diferenças entre os diferentes conceitos de segurança.

'Construtivismo Convencional' - destaca a importância de fatores ideacionais, como a cultura, crenças, normas, ideias e identidades, como contraponto às análises materialistas. Geralmente concentrado na análise do comportamento estatal, inclui epistemologias positivistas, pós-positivistas, localizando-se, sobretudo, nos EUA.

'Construtivismo Crítico' - analisa outros grupos para além do Estado, mas preocupa-se, sobretudo, com a segurança militar. As suas metodologias são narrativas e sociológicas pós-positivistas. As suas origens são, predominantemente, norte-americanas, tendo consolidado a sua posição na Europa, desde os anos 1990.

'A Escola de Copenhaga' - preocupa-se em ampliar, em parte, as ameaças e os objetivos de referência, especialmente a segurança identitária/societal dá mais atenção ao nível regional, mas acima de tudo, concentra-se na securitização (processos pelos quais os grupos sociais concebem algo como ameaça), oferecendo, portanto, um contraponto construtivista à análise de ameaça materialista dos Estudos Estratégicos tradicionais.

‘Estudos Críticos de Segurança’ – semelhantes à Pesquisa da Paz, especialmente ao dar ênfase à segurança humana sobre a segurança estatal, utilizando, principalmente, uma metodologia pós-positivista. É considerada um ramo da Teoria Crítica das RI, tendo a ‘emancipação’ como conceito-chave. É particularmente muito reconhecida na Grã-Bretanha.

‘Estudos Feministas de Segurança’ – incluem uma variedade de abordagens, que vão da Pesquisa da Paz ao Pós-Estruturalismo. Apontam para o papel que as mulheres desempenham em relação às políticas de segurança dos Estados, apoiando não só funções militares, defendendo, ainda, que o seu género enfrenta problemas específicos que não são reconhecidos dentro de uma conceção estadocêntrica de segurança, ao contrário do papel que a masculinidade desempenha em sustentar políticas de segurança militaristas. Esta corrente alcançou uma presença global, depois da sua origem nos EUA e na Grã-Bretanha, nos anos 1980.

‘Segurança Humana’ – está intimamente ligada à ‘Pesquisa da Paz’ e aos ‘Estudos Críticos de Segurança’. A sua visão incide sobre os seres humanos, que considera deveriam ser objeto de referência primordial da segurança. Na sua perspectiva os ESI deviam incluir temas como a pobreza, subdesenvolvimento, fome e outros ataques à integridade e ao potencial humano. Busca integrar as agendas dos ESI e dos estudos do Desenvolvimento. A Segurança Humana está presente no Ocidente e faz parte de programas da ONU, da UE e dos Governos do Canadá, Noruega e Japão.

‘Pesquisa da Paz’ – funciona como contraponto normativo clássico aos ‘Estudos Estratégicos’, tentando reduzir ou eliminar a utilização da força nas RI, destacar e criticar os perigos no debate estratégico (em especial nuclear) e fornecer suporte à segurança individual com, ou às vezes, contra a segurança nacional (estatal). Sobrepe-se aos Estudos Estratégicos no seu interesse, no controle de armamentos, no desarmamento e, na utilização de métodos quantitativos e da teoria dos jogos. A Pesquisa da Paz tornou-se fortemente institucionalizada nos países escandinavos, na Alemanha e no Japão, em menor escala na Grã-Bretanha e, com diferentes orientações teóricas, nos EUA.

‘Estudos de Segurança Pós-Coloniais’ – vão na direção do Ocidente-centrismo dos ESI e defendem que o estudo do mundo não ocidental requer teorias de segurança que incorporem a história colonial, além da atenção às formações estatais específicas do Terceiro Mundo. Já que o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo se encontram muito interligados, os Estudos de Segurança Pós-Coloniais defendem que fornecem uma compreensão das suas dinâmicas. Geralmente, são críticos do estadocentrismo e têm sido desenvolvidos por académicos ocidentais e não-ocidentais.

‘Estudos de Segurança Pós-Estruturalistas’ – adotam o conceito e o papel do discurso no lugar das ideias e defendem que a soberania e a segurança estatal são produto de práticas políticas. Criticam a forma como o estadocentrismo constrange as possibilidades de outros objetos de referência da segurança,

mas recusam a tendência tradicional da Pesquisa da Paz quanto à segurança individual. Tiveram origem nos EUA mas alcançaram maior importância na Europa, a partir de 1990.

‘Estudos Estratégicos’ – literatura tradicionalista clássica que define a matéria em termos político-militares concentrando-se nas suas dinâmicas. Incluem temas sobre guerra, proliferação nuclear, teoria da dissuasão, corrida armamentista, controlo de armamentos, etc. São fortemente materialistas na sua abordagem, com tendências estadocentricas. É uma corrente forte em todo o Ocidente, especialmente, nos EUA e na Grã-Bretanha e, distinta em França.

‘(Neo)Realismo’ – as abordagens realistas estão intimamente ligadas aos Estudos Estratégicos pelo fato de ambas basearem as suas teses no estadocentrismo. São materialistas, conflituosas e de política de poder (objetivas) sobre a natureza das RI. Os conceitos neorealistas, em especial o da polaridade (Waltz, 1979), desempenharam um importante papel no pensamento sobre a dissuasão nuclear e o controlo de armamentos. É a principal corrente e a mais influente nos EUA, embora muito mais contestada na Europa.

3. As forças motrizes na evolução dos estudos de segurança internacional

Conforme se tem referido, ao longo da sua evolução, continuam a verificar-se continuidades significativas na literatura dos ESI. Neste capítulo, são sugeridas cinco forças motrizes que nos poderão ajudar a compreender melhor a trajetória da sua evolução, *apud* Barry Buzan e Lene Hansen³: *a política das grandes potências – a tecnologia – os eventos-chave – a dinâmica interna dos debates académicos e a institucionalização*. Estas forças motrizes ajudam a definir quais as ontologias, epistemologias e os métodos que possuem legitimidade e quais deveriam ser os papéis societais, políticos e académicos dos estudiosos de segurança. Utilizamos as cinco forças motrizes para destacar temas-chave que explicam como e por que os ESI evoluíram da forma como o fizeram. Todas elas interagem, mas, de forma mais particular, podendo algumas ser mais significativas do que outras. As cinco dizem respeito a vários aspetos da estrutura social com impacto sobre os ESI, constituindo um quadro teórico com qualidade explicativa heurística que permite produzir uma análise estruturada, ainda que histórica e empiricamente sensível, consoante sejam analisadas pela escola europeia ou norte-americana. Assim, as cinco forças motrizes constituem-se como categorias analíticas.

A política das grandes potências – talvez, sobre esta matéria, o condutor mais óbvio da literatura de ESI sejam os grandes movimentos na distribuição de poder entre os Estados líderes. Assim, por exemplo, a característica dominante foi a cristalização da bipolaridade durante o fim dos anos 1940 até ao implodir

³ Em, a evolução dos ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL (2012), Editora Unesp, São Paulo, Brasil.

da União Soviética (URSS). Dentro dela estava um importante ‘não-evento’ tanto para a Europa Ocidental como para o Japão, políticas que se mantinham intimamente ligadas aos EUA, não buscando reafirmar uma capacidade militar. Como consequência, a análise de segurança, durante a Guerra Fria, era quase sinónimo do estudo das relações americano-soviéticas e de um sistema bipolar que se estendia a todo o planeta. Outros fenómenos faziam parte da agenda de pesquisa, como seja a segurança do ‘Terceiro Mundo’, mas eram vistos de forma estruturada, não determinados pela bipolaridade (Bull, 1976). A importância da política das grandes potências também fica marcada pelos debates sobre a polaridade do sistema, após a Guerra Fria, com soluções que iam da unipolaridade à multipolaridade (Waltz, 1993, Kupchan, 1998, Huntington, 1999).

A ascensão da China representa, também, um objetivo permanente das grandes potências, desde a vitória do Partido Comunista Chinês em 1949, e ganhou um lugar único como ‘concorrente’ dos EUA, a partir de 1990. A expansão da economia Chinesa e a sua relação, ora de amizade, ora de disputa com o Ocidente, tornou-se num tema-chave nas discussões de segurança internacional. Os ataques de 11 de Setembro levaram muitos analistas a afirmar que se tinha entrado numa nova ordem mundial, onde só a Guerra contra o Terrorismo (GWOT) pelos EUA, seria capaz de dizer se o seu poder iria aumentar. A Europa poderia ter aumentado mais ou menos o seu poder, ainda que o seu modelo fosse o do Estado ocidental, mas o poder dos EUA, como Estado e sociedade, são e ainda permanecem uma das forças motrizes centrais dos ESI, o que representa uma incorporação analítica de uma variável societal interna sobre a força motriz da política das grandes potências. O ponto é que a posição dominante dos EUA faz com que as suas características assumam muito mais importância do que os países menos poderosos. A sua geografia e a sua história isolaram-nos dos rigores da guerra e do equilíbrio de poder, num grau superior do que na maior parte dos países da Eurásia. Também assumiram sempre um desejo manifesto de maior segurança nacional, nomeadamente, contra ameaças externas (Campbell, 1992). Para entender esta posição convém reter a sua reação ao Sputnik soviético, bem como, em relação ao projeto de Mísseis Antibalísticos/Defesa contra Mísseis Balísticos (ABM/DMB). A sua expectativa em relação à segurança pode ainda ser vista na sua resposta ao 11 de Setembro.

Em conclusão, a ‘política das grandes potências’ abrange, a distribuição do poder entre os Estados líderes (a polaridade no sistema internacional), os padrões de amizade e inimizade entre as grandes potências, o seu grau de envolvimento e intervencionismo e, as suas disposições societais específicas para os níveis de segurança.

O imperativo tecnológico - o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias e a necessidade de avaliar os seus impactos sobre as ameaças, vulnerabilidades e estabilidades das relações estratégicas, são óbvios como condutores de ESI. O aparecimento da bomba atómica, enquanto tecnologia nuclear, em meados de 1940, foi um dos eventos mais significativos dos estudos estratégicos, dada

a sua enorme capacidade destrutiva, sem equivalente na história militar. Os mísseis balísticos de longo alcance vieram diminuir o tempo de resposta e eram capazes de transportar ogivas nucleares, o que poupou as armas nucleares de se exporem aos vulneráveis sistemas de lançamento por bombardeiros, o que veio aumentar, de forma decisiva, a capacidade de lançar um primeiro ataque. O próprio desenvolvimento da literatura, a este propósito, encarrega-se de divulgar os potenciais desenvolvimentos tecnológicos e o seu impacto, tanto nas relações estratégicas, como nos ESI. A tecnologia pode não ser de uso exclusivamente militar, pode ser de duplo uso, como é o caso da internet, primeiramente desenvolvida como uma tecnologia militar e depois utilizada de forma global. Se o conceito de segurança se expandir para além do setor militar, a lista de fatores tecnológicos que podem conduzir os debates de segurança também aumenta. Os ataques de 11 de Setembro e a GWOT demonstram que a tecnologia e a identificação das ameaças e dos inimigos estão intimamente ligadas, e que a listagem das tecnologias mais centrais dos ESI muda com o passar do tempo. Mesmo considerando que a tecnologia não seja o principal condutor no desenvolvimento dos ESI, ela é, sem dúvida, determinante. A tecnologia, por si própria, cria pressões, com impacto sobre o processo político, constituindo-se um processo complexo de autossustentação entre si, as outras forças motrizes e as decisões humanas, por isso, numa situação não- determinista.

Eventos - teorizar sobre os eventos tem de ser de uma forma construtivista, analisando a sua interação com as outras forças motrizes. Os eventos manifestam-se de várias formas e podem mudar, não apenas, as relações entre as potências, mas, também, os próprios paradigmas académicos. Os eventos mais dramáticos são as crises específicas, que mudam os acordos, as relações e as práticas ao nível estratégico mais amplo. Dois destes tipos de exemplos são a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962 (Snyder, 1978, Weldes, 1996) e os ataques de 11 de Setembro, ao território dos EUA (Der Derian, 2005).

Há ainda outros eventos que assumem a forma de processos permanentes, que vão mudando a perceção e a consciência de determinado tipo de práticas. Um exemplo, é o crescimento das preocupações ambientais que passou de variável secundária a primária. Com efeito, não houve propriamente uma crise específica que colocasse as questões ambientais num primeiro plano, mas uma quantidade de informação permanente de novas perceções, que a par de uma consciência pública tão forte, conseguiu ganhar um lugar nos debates políticos e na literatura de ESI. O reconhecimento (ou não) por parte de políticos, instituições, dos media e do público, de que algo é importante, é que o transforma num 'evento' (Hansen, 2006). E este processo é de tal modo marcante que gera muita controvérsia a propósito de que eventos se podem matar pessoas no 'Terceiro Mundo', enquanto noutras partes se registam acontecimentos que não chegam sequer a ser concebidos como eventos de segurança, no Ocidente.

Para uma melhor compreensão, dividimos os eventos em três categorias. Eventos constitutivos que são aqueles que vêm confirmar a teoria e reforçar

os seus princípios básicos, que vêm confirmar os pressupostos analíticos ou porque podem ser explicados pela teoria. Um tipo específico é o que Parmar (2005) chamou de ‘eventos catalisadores’, eventualmente identificáveis, metodologicamente, no discurso, antes do evento. O exemplo de Parmar (p. 17), é o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, que constituiu o ‘choque’, ou seja, o evento de que o Departamento de Estado norte-americano precisava para que os EUA pudessem entrar na Segunda Guerra Mundial. Aproveitar um evento catalisador não dispensa planeamento, organização e posicionamento político, ou seja, os eventos não se tornam catalisadores sem o apoio de outras forças motrizes.

‘Eventos críticos significativos’ são os que parecem desafiar aspetos-chave da teoria. São colocados na agenda devido a pressões políticas e dos media e que podem levar a expandir a sua agenda de pesquisa como resposta a novos temas e questões. Um exemplo, apontado como significativo, é a explosão das chamadas ‘guerras étnicas intraestatais’. Os ‘Eventos críticos deferidos’, ou seja, eventos considerados significativos por outros atores políticos, mas que a teoria escolhe ignorar como não sendo do âmbito dos ESI. Como exemplos podem-se referir estupro de guerra, tráfico sexual, que apesar da importância que podem vir a representar para a segurança, não mereceram atenção significativa dos diversos atores, ou seja, o que se classifica como eventos e fatos tem a ver com a própria concetualização de segurança. Tal significa, também, que os ESI não podem negligenciar o que as outras áreas e atores, constituem como eventos-chave.

A dinâmica interna dos debates académicos – observando a dinâmica dos debates académicos, de modo mais sistemático, identificam-se quatro dimensões, dentro desta força motriz, significativas para explicar a evolução dos ESI.

Em primeiro lugar, referem-se os debates sobre epistemologia, metodologia e a escolha da pesquisa que são utilizados, em larga escala, pelas Ciências Sociais, em que se incluem os ESI. Uma característica distintiva dos debates de ESI é a dicotomia entre entendimento positivista rígido da teoria que prevalece nos EUA, e o modo reflexivo, mais brando, mais prevalecente na Europa. (Waever, 1998). A partir do momento em que ocorrem os debates académicos, estes assumem praticamente vida própria. Com efeito, a maioria dos investigadores crê que a competição entre as diferentes interpretações dos fenómenos é essencial para a busca da sua compreensão e interpretação.

Em segundo lugar, os debates académicos são influenciados por outras áreas e disciplinas, tais como pela matemática e a economia, responsáveis pela primeira geração de estrategistas nucleares, mas também outras, como a teoria dos jogos, a psicologia cognitiva, a teoria social e a teoria política, entre outras. A íntima relação entre os ESI, RI, e Ciência Política, e de outras, sugere que há, por um lado, uma interdependência forte entre si, e por outro, uma ‘zona de fronteira’ entre si, como áreas/disciplinas adjacentes. Um exemplo paradigmático é a divisão que existia, durante a Guerra Fria, entre os ESI e os EPI (Economia Política Internacional), outra grande subárea das RI nos anos 1970. Os EPI definiam-se

a si próprios, parcialmente, contra os ESI, e as duas subáreas sulcavam afinal o mesmo terreno das RI. Os EPI reivindicavam para si o lado cooperativo, de ganhos conjuntos (ganhos absolutos), enquanto os ESI reivindicavam o seu lado conflituoso (ganhos relativos).

Em terceiro lugar, os debates académicos nos ESI, tem a característica específica de refletir a sua natureza política e politizada, dado que respeitam à posição política e normativa dos estudiosos de segurança. Os académicos podem optar por agir política ou diretamente, como conselheiros ou intelectuais, na tentativa de influenciar decisões políticas. Estudiosos de segurança podem falar de política, como fizeram proeminentes realistas na escalada da guerra contra o Iraque, em 2003 (Mearsheimer e Walt, 2003), mas têm de se acautelar em não comprometerem a sua autoridade académica. Este aspeto, que traça a linha divisória entre o académico e o político é, por vezes, difícil de determinar, pois pode diferir de país para país, de instituição para instituição (universidades e fundações). Isto geralmente conduz a discussões acaloradas dentro dos ESI.

Em quarto lugar, os ESI sofrem também o impacto da 'metavisão', a propósito de se saber o modo como uma área se deveria desenvolver, o que nos conduz para uma discussão Kuhniana sobre paradigmas académicos de comensurabilidade, que nos fazem concluir que há visões diferentes acerca do resultado dos debates, se conduzidos por abordagens diferentes.

Institucionalização – identificar a institucionalização como uma força motriz, contribui para destacar, ainda mais, que os debates não se transformem num vazio económico e estrutural, ou seja, para que haja uma disciplina académica (Ciência Política), uma área (RI), ou uma subárea (ESI), podemos dizer que tem de existir um conjunto de estruturas e de identidades institucionais. «As disciplinas e áreas académicas não são representações objetivas da realidade, mas modos particulares de observar e gerar conhecimento sobre o mundo» (Foucault, 1969, 1970). A institucionalização arrasta consigo a dinâmica burocrática das organizações, com as inerentes vantagens, como os financiamentos para determinados programas de investigação e desvantagens, como por exemplo desacelerar o impacto dos 'eventos-chave', dando origem a um certo conservadorismo. Pouco tem sido escrito, a este propósito, em relação às RI e aos ESI, de modo que, de forma sintética, a institucionalização pode ser vista através de quatro elementos que se completam: estruturas organizacionais, financiamento, disseminação do conhecimento e redes de pesquisa. Neste cenário as organizações variam, desde as universidades, centros de pesquisa, fundações e *think-tanks*, havendo entre elas diferenças, com acentuadas características político-ideológicas, tentando influenciar sempre tanto o mundo político como o mundo académico. Os principais centros e fundações situam-se nos EUA, dezenas, que nos escusamos de enumerar e que escolhem a sua forma própria para ilustrar o seu pragmatismo ou a sua ideologia⁴. Os temas andam à volta de

⁴ A título de exemplo, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e a Hoover

críticas no contexto de políticas específicas, como sobre os EUA e a guerra do Vietname, ou sobre as políticas adotadas em relação à China para saber quem perdeu ou ganhou, contra a colaboração com o Estado, com abordagens críticas de acordo com a corrente política específica, sejam os Estudos Estratégicos, os Estudos Críticos de Segurança, o Pós-Estruturalismo, a Pesquisa da Paz. Mas a Europa também marca a sua presença através de centros de pesquisa como o Instituto de Pesquisa da Paz de Copenhaga (COPRI), o Instituto de Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI), entre os mais conhecidos. Para além da pesquisa, são proporcionados conceituados programas de graduação, sendo, assim, crucial a formação e a disseminação da pesquisa, através da publicação que contribui, de forma assinalável, para o prestígio individual e académico institucional. Da institucionalização resultam, também, as conferências que dão, por seu lado, origem a críticas e a outras abordagens alternativas para a segurança, que se podem considerar como uma parte dos debates de ESI.

4. Estudos estratégicos, dissuação e guerra fria

Durante a Segunda Guerra Mundial, alguns especialistas, particularmente físicos e cientistas sociais podiam, especializar-se em assuntos militares, sob a égide da ‘segurança’, a qual, diferentemente da guerra ou defesa, ligava aspetos militares e não militares, nomeadamente sobre aspetos específicos, sociais e técnicos. Neste período os EUA abandonaram a sua tradicional política externa do ‘isolacionismo’ e assumiram compromissos de longo prazo, como atores imprescindíveis para o equilíbrio global de poder. À medida que a Guerra Fria decorria e os ESI atravessavam a sua chamada ‘época dourada’, entre 1955 e 1965, as discussões conceituais diminuíram e a subárea tornou-se quase exclusivamente dedicada ao estudo dos armamentos nucleares e da disputa bipolar. Isto não significava que não houvesse debates dentro dos ESI, os quais ressurgiram a propósito da racionalidade dos Estados e da União Soviética, e muito particularmente, entre tecnologia e amizade/inimizade. Não há lugar para detalhar pormenorizadamente, apenas referir, o papel das cinco forças motrizes, neste período. A história detalhada de como a estratégia nuclear se desenvolveu durante estas quatro décadas foi contada por Freedman (1981a) e não é nossa intenção repeti-la aqui. No período da Guerra Fria, o significado de ‘segurança internacional’ foi reconfigurado passando a constituir o pano de fundo de debates subsequentes em ESI, de modo mais amplo e mais aprofundado.

Em relação à ‘política das grandes potências’ a disputa era entre os EUA

Institution são considerados conservadores; o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais é de centro-esquerda; o Council on Foreign Relations e o RAND são de centro; a Brookings Institution e o Fundo Carnegie para a Paz Internacional são de centro-esquerda. A Fundação Ford, a Pew Charitable Trusts e a Fundação Rockefeller são liberais, enquanto nas mais conservadoras se incluem a Fundação Sarah Scaife, Fundação Earhart, a Fundação Lynde e a Harry Bradley.

e União Soviética, por isso, os conceitos mais captados eram superpotência e bipolaridade. Uma questão constante nos debates era sobre se as alterações na polaridade poderiam transformar a estabilidade do sistema, pelo fato de um jogo de soma zero se poder alterar e eliminar uma boa parte das incertezas e possibilidades de cálculo, tal como defendeu Waltz de forma tão convicta.

Mas a rutura de Mao com Moscovo, nos fins de 1950, veio causar um certo desafio ao quadro bipolar, ao desafiar as superpotências. Ainda assim, o sistema bipolar resistiu até final. Japão e Europa Ocidental eram aliadas dos EUA e aceitavam o seu domínio e a liderança militar. Os EUA continuavam a ser o parceiro dominante tanto na NATO como na aliança com o Japão. A Guerra Fria acabaria por se manifestar na política geostratégica da 'contenção', na tentativa de, juntamente com os seus aliados, cercar a União Soviética, com esta a tentar saltar o cerco ao fomentar as crises de Berlim, da Coreia, de Cuba, do Médio Oriente e do Vietname. O amplo espectro da natureza do desafio vindo da União Soviética foi uma das razões essenciais da mudança para políticas baseadas no conceito de segurança nacional. Nos últimos momentos da Guerra Fria o debate foi muito influenciado pela crescente preocupação, a propósito da racionalidade da União Soviética, dado o seu fervor revolucionário e os sentimentos de inferioridade em relação ao Ocidente. Havia quem pensasse que a URSS buscava avanços estratégicos a coberto do diálogo sobre o controlo de armamentos. O Neo-realismo waltziano construiu-se a partir do pressuposto de que ambas as superpotências eram atores racionais, e como defendia Jervis (1979/80, p. 630), as suas «ideias não são particularmente russas ou marxistas, mas simplesmente ideias que se esperariam de pessoas imbuídas da proteção da sociedade e da vitória em guerras». Ao contrário Colin S. Gray (1980, p. 139) afirmava que não havia «equivalentes soviéticos funcionais para as teorias ocidentais - estabilidade, controlo da intensificação e adequação aos demais - pareciam não desempenhar papel identificável com o planeamento militar soviético». Gray defendia que o «carater nacional russo, marcado pela astúcia, pela brutalidade e pela submissão» explicava a adoção da sua ideologia e que a cultura estratégica soviética residia, portanto, «na sua raiz russa, em vez de marxista-leninista» (Gray, 1980, p.142). Estas discussões anteciparam os debates de ESI sobre o significado dos fatores culturais versus as capacidades materiais e a importância da coesão societal e do 'ajuste da identidade nacional'.

Não havia maneira fácil de resolver estas questões. A 'teoria dos jogos' que constituía uma parte importante dos ESI, permitia múltiplas fórmulas de racionalidade estatal, como consequência, no núcleo dos ESI, encontravam-se visões empíricas e normativas divergentes, sobre padrões de amizade/inimizade, deixando a sua disputa como parte do que diferenciava os defensores da linha dura, dos moderados e dos perseguidores da paz. Assim, a lógica da dissuasão sempre se manteve um elemento de incerteza, tendo o desenvolvimento e a disseminação dos armamentos nucleares contribuído para dar respostas a estas questões tão importantes.

O ‘imperativo tecnológico’ ocorreu num contexto da revolução nuclear, nos assuntos militares, que era muito dinâmica, dado que as ogivas e os sistemas de disparo passaram por um desenvolvimento muito rápido, gerando um imperativo estratégico contínuo que se localizava no coração da problemática dos ESI (Brodie, 1976, Snow, 1979; Martin, 1980; Buzan, 1987a). Desde o final dos anos 1950, o jogo era de ‘dissuasão nuclear mútua’, caminhando-se para uma paridade nuclear, num processo que não foi suave. Durante os anos 1970, os EUA iam aceitando a paridade nuclear com URSS, situação que se alterou por alturas da ‘Segunda Guerra Fria’, no final dos anos 1970, até meados dos anos 1980, quando Reagan tentou reafirmar a superioridade americana com o seu projeto de defesa contra mísseis balísticos, a Iniciativa Estratégica de Defesa (IED), conhecida como ‘guerra das estrelas’, o que deu origem a uma escalada espacial, de dimensões quantitativas e qualitativas, para conseguirem o domínio sobre sondas orbitais, depois orbitais tripuladas, além de interplanetárias e de utilização do espaço lunar. Desenvolveu-se a política interna pelo poder de *lobby* da indústria bélica. Instalou-se o medo da possibilidade de um primeiro ataque surpresa e das capacidades de retaliação. Esse medo foi real nas primeiras fases da Guerra Fria e foi diminuindo nos anos 1960, quando os submarinos começaram a ser equipados com os *sublaunched ballistic missiles* (SLBM) propiciando um ataque mais seguro e efetivo. Por isso, todo o edifício da teoria da dissuasão estava constantemente sob pressão dos novos desenvolvimentos em tecnologia. Desenvolveram-se munições de precisão guiada, de bombardeiros supersónicos, de bombas de neutrões, raios de partícula montados em satélites orbitais e foguetes intercetores supervelozes, o que permitiu manter as populações reféns da suposta estabilizadora lógica da ‘Destruição Mútua Assegurada’ (DMA). Da dissuasão mínima à dissuasão máxima, passa-se à dissuasão estendida (DE) que liga o motor tecnológico ao tema das grandes potências. Os EUA constituíram a NATO, em 04 de Abril de 1949, e assumiram a obrigação de defender a Europa Ocidental contra ataques da URSS. Mas, a questão complicou-se quando os EUA mudaram a sua política de ‘retaliação massiva’ para ‘resposta flexível’, o que levou os europeus a porem em causa que os EUA retaliariam contra um ataque da URSS à Alemanha Ocidental, quando a consequência poderia ser a retaliação soviética contra cidades norte-americanas! Esta foi uma questão que assombrou o raciocínio estratégico ocidental, a partir do lançamento do Sputnik (Andre Beaufre, 1965, Rosecrance, 1975; Snyder, 1978, Jervis, 1979/80, Gray, 1980, Martin 1980), entre outros. Esta incerteza incentivou as potências europeias a adquirirem os seus próprios meios nucleares (Grã-Bretanha seguida pela França), o que abriu caminho para uma crise permanente no seio da NATO, e obrigou os EUA a reforçar a sua posição na Europa, deslocando os seus próprios militares e posicionando armas nucleares ‘táticas’, mais propriamente, armas nucleares de curto e médio alcance, no continente europeu. Foi a resposta dos EUA à Europa, a referida ‘resposta flexível’. Esta dissuasão estendida alimentou a lógica nuclear, já que o problema também afetava as relações norte-americanas

com outros aliados como a Coreia do Sul e o Japão, que também se encontravam sob a sua proteção nuclear.

Porém, os eventos que tiveram um impacto mais significativo na evolução dos ESI foram o bloqueio soviético de Berlim Ocidental em 1948/9 e a construção do Muro de Berlim, na noite de 12 para 13 de Agosto de 1961, a Guerra da Coreia, em 1950-53, a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, a crise petrolífera do Médio Oriente, em 1973 e a Guerra do Vietname, de 1964-75. Poderíamos adicionar a crise de 1956, gerada pela nacionalização do Canal de Suez pelo presidente do Egipto, Nasser, que colocou os EUA contra a Grã-Bretanha, o que confirmava a inépcia das potências europeias de poderem operar sem a anuência e o apoio dos EUA. De forma mais óbvia, a Crise dos Mísseis de Cuba gerou um novo interesse ao dar início ao 'processo de gestão de crises', que se começou a desenvolver, dentro do ESI, a partir dessa data. Por outro lado, tornou visível a necessidade de instalar meios de comunicação confiáveis, como o 'telefone vermelho', e chamou a atenção para um claro modelo de olhar a realidade sobre o 'processo de tomada de decisão', além de questionar os pressupostos da racionalidade da teoria da dissuasão. Cuba demonstrou o interesse comum das duas superpotências, na sobrevivência, e preparou o terreno para o interesse no controlo de armamentos. A Crise de 1973, também foi outro braço de ferro, desta vez, com as duas superpotências a serem arrastadas para um conflito pelos seus aliados, a fazerem destacar o problema da 'intensificação', em que as armas nucleares eram, nesta altura, em maior número, mais sofisticadas e com sistemas de alerta e protocolos automatizados, que podiam elevar os níveis de alerta à medida da reação de cada uma das partes. Para além disso, a principal consequência para os EUA foi colocar na agenda dos ESI, a segurança económica e o terrorismo internacional (Nye, 1974; Knorr e Trager, 1977). Menos visível, na época, foi o fato que a crise viria a introduzir nos EUA, em relação ao Médio Oriente, ao lado de Israel contra os Palestínianos.

Os eventos críticos adiados diziam respeito ao 'Terceiro Mundo', amplamente discutidos por envolvimento das duas superpotências em África e na América Central e do Sul, na linha da descolonização, mas sem consequências tão dramáticas, apenas comportando preocupações em relação ao equilíbrio global.

'A dinâmica interna dos debates académicos' proporcionou um grande envolvimento dos Estudos Estratégicos, com os métodos científicos (positivismo, quantificação, teoria dos jogos) e o entusiasmo da Ciência Política e das RI em relação ao 'behaviorismo', que buscava trazer a epistemologia e os métodos das Ciências Naturais para dentro das Ciências Sociais. Aqui, os Estudos Estratégicos da 'era dourada' estavam na vanguarda e eram eles que ditavam o que deveria ser feito.

Embora os Estudos Estratégicos estivessem mais desenvolvidos nos EUA, deu-se início a um raciocínio inovador, com o trabalho de pensadores militares britânicos e franceses, tanto sobre a teoria da dissuasão, como sobre a NATO (Liddell Hart, 1946; Gallois, 1961, Beaufre, 1965), assim como de alguns

analistas estratégicos (Aron, 1965, Haasner, 1968, Howard, 1973, 1976, 1979, 1981; Freedman, 1981a, 1981b). Independentemente de saber qual o lado que se encontrava mais envolvido, no final da Guerra Fria, ambas as partes tiveram de enfrentar a mesma crise de tanta relevância.

Para finalizar apenas uma ideia geral acerca do modo como ocorreu ‘a institucionalização’, neste período. O processo obedeceu a cinco aspetos distintos: a fundação de cursos e institutos de ESI, dentro das universidades; criação de secções especializadas, dentro das instituições académicas; desenvolvimento e aparecimento de novos periódicos especializados em ESI; criação de *think-tanks* de ESI e estabelecimento de programas de financiamento (via governos ou fundações). Este ponto envolveu inúmeros institutos, centros de pesquisa, etc., por isso, não vamos deter-nos na sua enumeração e na sua atividade, neste trabalho. Mas, no fim da Guerra Fria, os Estudos Estratégicos tinham firmado profundas raízes institucionais. O sucesso da sua institucionalização combinado com a sua ligação aos problemas militares da Guerra Fria significaram que, quando o Muro de Berlim caiu, os Estudos Estratégicos, em particular, e os ESI, em geral, enfrentaram uma crise existencial. Das cinco forças motrizes, os principais catalisadores dos ESI foram, sem dúvida, a política das grandes potências e a tecnologia. Essas duas forças ilustraram a maneira como a imagem inimiga da URSS se tornou numa fixação nos EUA, e como isso atuou ao nível das armas nucleares e na rápida evolução da tecnologia que lhes estava associada.

5. O desafio da segurança nacional durante a Guerra Fria

Os Estudos Estratégicos acabariam por vir a ser criticados, dada a dificuldade de apresentar uma única abordagem e trata-la apenas por meio de uma única força motriz. Um importante desafio com que se depararam os Estudos Estratégicos (embora operassem, em parte, dentro deles e em parte com raízes na Pesquisa da Paz) foi o ‘Controlo de Armamentos’, que enfatizava o risco coletivo da sobrevivência resultante da rivalidade das superpotências e dos armamentos nucleares. A Pesquisa da Paz oferecia uma visão de ‘dissuasão’ muito diferente da dos Estudos Estratégicos, tanto normativa como politicamente. Não deixava de focar as dimensões militares e as ameaças externas. A *détente*, alternativa política à contenção e dissuasão, era vista como uma «rivalidade com menores riscos de guerra, não um fim de guerra» (Buzan et al., 1990, p. 9). Outras correntes dentro da Pesquisa da Paz, assumiam uma abordagem mais radical, defendendo que os governos de ambas as partes mantinham as suas populações e o planeta, reféns do desastre nuclear. Isso constituía a ‘humanidade’ ou o indivíduo, em especial, como objeto de referência, em vez do Estado, evocando a longa tradição liberal de realizar um escrutínio das relações entre os cidadãos e as instituições sobre autoridade e soberania.

Os pesquisadores da paz, nas suas críticas, porém, não se imiscuíram no conceito de segurança, mas sim, no conceito oposto de 'paz', tanto positiva, como negativa. A 'paz negativa' era definida como ausência de guerra, de violência física, em larga escala, ou de violência pessoal e abria caminho para uma agenda de pesquisa em segurança militar (Galtung, 1969, p. 183). A 'paz positiva' tinha múltiplas conotações. Nos anos 1950 e 1960, era definida como integração da 'sociedade humana', mas no final da Guerra Fria, foi reformulada para incluir a 'violência estrutural', que enfatizava a injustiça social e a desigualdade (Galtung, 1969, p. 168, 171, 175). A 'violência estrutural' encaixava-se perfeitamente nessa fórmula, dado que funcionava como uma âncora em questões de desenvolvimento, conflitos domésticos, tanto nas sociedades ocidentais como no 'Terceiro Mundo', recursos ambientais, direitos humanos e exploração económica. Incorporava, também, parte de uma 'agenda marxista crítica', não uma reivindicação marxista radical de uma revolução violenta. Ainda assim, o alargamento do conceito de 'paz', para além da ausência de guerra/conflito, foi criticado, não apenas pelos Estudos Estratégicos mas, também, dentro da própria Pesquisa da Paz.

Do mesmo modo que os Estudos Estratégicos, nem o Controlo de Armamentos, nem a Pesquisa da Paz consideravam a 'segurança' em primeiro plano, apresentando, em sua vez, conceitos paralelos e opostos, e.g. *détente*, controle de armamentos, paz, violência estrutural, necessidades humanas básicas e justiça social. Em 1983, Buzan (1983, 1984a) poderia, então, descrever 'segurança' como um 'conceito subdesenvolvido', mas, *à medida* que a década chegava ao fim, a 'segurança' surgiu como um conceito que interligava as áreas de Estudos Estratégicos e Pesquisa da Paz. O conceito de *Segurança Comum*, assim chamado pela Comissão Palme, em 1982, ligou o controlo de armamentos e as preocupações mais comuns à qualidade de vida, transformando-se num conceito que unia o mundo das políticas e as partes mais críticas dos ESI. Artigos que ampliavam a conceção militar de segurança para segurança ambiental e económica, começaram a aparecer em destacados periódicos, como o *International Security* (Ullman, 1983) e o *International Organization* (Buzan, 1984b). Finalmente, duas novas perspectivas académicas, o Pós-estruturalismo e o Feminismo, que haviam causado grande impacto nas ciências sociais e humanas, partindo, em geral, da Pesquisa da Paz, afirmaram-se como abordagens distintas. Quantitativamente, essa literatura era bem menor do que a do Controlo de Armamentos e a dos Estudos Estratégicos. Ainda assim, pelas mudanças introduzidas com o fim da Guerra Fria, mostrou-se de grande importância em relação ao modo como os ESI se desenvolveram. Primeiramente, como já vimos, pelo modo como as duas forças motrizes a 'Política das Grandes Potências' e o 'Controlo de Armamentos' abordam, de forma diferente, a dissuasão e a tecnologia militar. A Pesquisa da Paz, mais como uma imagem/atacante, com efeito de espelho, sobre o mesmo conjunto de eventos dos Estudos Estratégicos. Depois, o conceito de 'paz positiva', como forma de expandir a agenda de pesquisa, o que constituiu um desafio, tanto para a compreensão realista de segurança internacional, como para a compreensão mais

precisa sobre a importância da ‘coesão nacional’. Analisando as ‘forças motrizes’, esta pesquisa foi parcialmente induzida por uma combinação de eventos, tais como a constituição da NATO e da Comunidade Económica Europeia (CEE) e o efeito conseqüente de movimentos pela paz e por direitos civis. Também, por factores académicos internos, na medida em que a Pesquisa da Paz se desenvolvia a partir de uma tradição idealista liberal mais ampla, que assumia pressupostos diferentes das entidades estatais. Em boa verdade, assiste-se a uma reformulação do conceito de ‘paz positiva’, como violência estrutural, um desafio para os Estudos Estratégicos e para as mais antigas tradições de Pesquisa da Paz Liberal, conduzida por eventos que eram, em grande escala, ligados às políticas das grandes potências (a descolonização, a crise do petróleo no início dos anos 1970, as guerras no ‘Terceiro Mundo’, os pedidos de uma Nova Ordem Económica Internacional, a degradação ambiental e os levantamentos estudantis de 1960).

A ampliação e o aprofundamento da agenda da Pesquisa da Paz, no final dos anos 1960 e 1970, também foram influenciados pela maneira como os ‘eventos’ interagem com as ‘dinâmicas internas dos debates académicos’. A importação da teoria económica marxista era, em parte, atribuível a uma onda geral de teoria marxista e pós-marxista nas Ciências Sociais da Europa Ocidental, no alvor do radicalismo estudantil dos anos 1960. Pesquisadores da paz escandinavos e, principalmente, alemães ocidentais, baseavam-se nos antigos teóricos da Escola de Frankfurt, como Adorno, Horkheimer e Marcuse, ao apontar para a alienação e manipulação dos cidadãos nas sociedades ocidentais modernas, sendo que os mais jovens pesquisadores da paz ‘radicais’ recuavam ainda mais, no tempo, até aos textos clássicos marxistas e leninistas. A Escola de Frankfurt possuía uma visão pessimista sobre a possibilidade de uma democracia genuína e de uma resistência popular às maquinações das elites políticas, financeiras e culturais, enquanto, a Escola de Frankfurt mais jovem, representada por Habermas, permitia uma visão mais positiva da sociedade civil, da capacidade do chamado ‘mundo da vida’, de resistir aos interesses sistémicos e da possibilidade de ‘emancipação’. O ramo mais radical e pessimista da teoria neomarxista foi marcado pela forte influência da Pesquisa da Paz dos anos 1970, enquanto a teoria de Habermas foi a que mais informou os primeiros escritos pós-estruturalistas (Ashley, 1981) e os Estudos Críticos de Segurança, que isolaram a ‘emancipação’ como seu conceito paralelo central (Alker, 1988).

Durante os anos 1980, a Pesquisa da Paz torna-se, gradualmente, mais especializada e publica-se menos sobre questões ‘puras’ de economia e de desenvolvimento, em periódicos. Há uma crescente divisão entre Pesquisa da Paz e os Estudos de Desenvolvimento, na medida em que se verifica uma cada vez maior diferenciação entre RI e EPI. A Pesquisa da Paz permanece como o lar dos estudos dos conflitos, enquanto a economia do desenvolvimento se torna parte da EPI (liberal ou neomarxista) Como conseqüência, no ocaso da Guerra Fria, a Pesquisa da Paz era fortemente dominada por cientistas políticos, em comparação com a sua formação multidisciplinar nos anos 1960. Mas isto não significa que o

desenvolvimento desaparece da agenda da 'segurança-paz'. Na verdade, um dos conceitos políticos que mereceram mais atenção, dos anos 1990, foi o da 'Segurança Humana' definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para situar, de forma mais acentuada, as questões da pobreza e da saúde, na agenda global.

A teoria da 'violência estrutural' de Galtung não considerava o meio ambiente, num primeiro plano, de forma explícita. No entanto, as preocupações com a extração de recursos do 'Terceiro Mundo' e a sua importância nas políticas ocidentais de gerações futuras começaram a alertar para as preocupações com o meio ambiente, em 1960 e 1970. Parte da literatura, sobre esta matéria, estava muito ligada à noção de 'guerras por recursos' ambientais, em especial no 'Terceiro Mundo', para além da convicção de que conflitos ambientais pudessem culminar em guerra(s). Aqui o objecto de referência ainda era o Estado e, o meio ambiente, o recurso estratégico que podia precipitar o conflito. Os pesquisadores da paz galtunguiana pediam para os países industrializados reduzirem o consumo de energia. Uma linha específica da 'literatura ambiental' ligava-se ao combate nuclear e às possíveis crises de um 'inverno nuclear' (Nye, 1986). Foi adotada uma reorientação da agenda de ESI, incorporando o meio ambiente como objecto de referência, encarando os problemas ambientais como uma ameaça a toda a civilização humana. A noção de segurança ambiental ameaçada perante mudanças climáticas ou da degradação da terra, da biodiversidade, da atmosfera, da água, das florestas, das áreas costeiras e dos rios (Barnett, 2007, p. 189) surgiu, da inter-relação das agendas científicas e políticas que tinham pouco a ver com a rivalidade militar das superpotências (Comissão Brundtland, 1987; Nye, 1989; Mathews, 1989; Buzan et al., 1998 p. 71-72). Em termos de forças motrizes, tal ocorreu, como resposta a eventos num sentido mais lento. Mas o processo de institucionalização, nesta perspectiva, sobre a Pesquisa da Paz, considerada como um todo, foi trazida para as instituições académicas por meio da educação e da pesquisa universitárias, apoiada por *think-tanks* e difundida por periódicos, livros e textos de institutos e associações como nos anos 1980, pelo *International Peace Research Institute, Oslo* (PRIO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que contribuíram para posicionar a segurança ambiental como uma das primeiras extensões sectoriais de segurança nacional para além do militar.

Antes de terminar este capítulo, faremos uma referência a um caso notável sobre negociação de tensões entre um conceito individual e um coletivo-estrutural de segurança, relativo às 'mulheres', que se iniciou no final dos anos 1970 e se desenvolveu durante os anos 1980. Da extensa lista sobre violência estrutural, que se referia a questões de conflito e de formação de grupos, o género não constava. Gleditsch (1989, p. 4) resumia assim a situação geral: «apenas 8% dos artigos nos primeiros 25 anos do *Journal of Peace Research* (JPR) foram escritos por mulheres...além do mais, não tivemos muito tempo para falar de questões como as abordagens feministas da paz». Também estavam ausentes na teoria

de Galtung sobre violência estrutural. As teorias marxistas defendiam que as relações de classes eram mais importantes, pois resolver os problemas das classes capitalistas também traria igualdade de género. A ausência de género não era uma característica específica dos ESI, mas um traço geral das RI, e os escritos sobre género, paz e segurança surgiram da Pesquisa da Paz. Esses trabalhos ocupavam-se especialmente com o modo como as mulheres lhes davam uma visão diferente da guerra, da paz e da segurança. Na verdade, o seu género imputava-lhes valores diferentes, comportando-se de modo mais cooperativo, favorecendo epistemologias holísticas críticas e estão «mais interessadas em identificar sistemas alternativos de segurança do que estudar 'Controlo de Armamentos'» (Boulding, 1984, p. 2-3). As mulheres são, em suma, mais pacíficas do que os homens. Uma feminista de segurança defendia que as «mulheres possuem um estilo cognitivo distintamente mais concreto que o dos homens» e que o militar se constrói sobre noções de masculinidade (Ruddick, 1989, p. 85). As primeiras feministas da segurança eram cuidadosas ao apontar que o género não é uma identidade biológica fixa, mas produzida por meio de práticas de socialização: «um garoto não nasce, mas torna-se um soldado» (Ruddick, 1989, p. 145). 'Género', portanto, refere-se a estruturas culturais, políticas, sociais e discursivas.

Uma segunda abordagem feminista para a segurança, envolvia um desafio explícito ao pacifismo das mulheres, o que podia conduzir-nos aos perigos de fundir os projectos feministas com os da paz, o que, por seu lado, incluía a questão de saber se a propensão pacifista era biológica ou cultural (ou nenhuma delas). O primeiro livro a incluir um compromisso concetual com a segurança, a partir de uma perspectiva feminista, é da autoria de Tickner, reconhecendo a influência da Pesquisa da Paz escandinava ao referir que «a segurança nacional geralmente tem precedência sobre a segurança dos indivíduos» (Tickner, 1992, p. 28), por outras palavras, a sua concetualização do objeto de referência implicava uma mudança do Estado para o indivíduo, logo, «considerar a segurança a partir da perspectiva do indivíduo», significa defender «definições de segurança menos estadocentricas e menos militaristas» (Tickner, 1992, p. 53). Tickner acaba, assim, por considerar o género social e não biológico, embora mantenha as 'mulheres' como objecto de referência, como sujeitos predeterminados que estão em desvantagem estrutural, ou seja, como elas estão afetadas adversamente por uma multiplicidade de práticas estatais, em relação à violência doméstica e a outras expectativas globais, na qualidade de refugiadas, da exploração sexual, entre outras. Por outras palavras, as mulheres não são inerentemente mais pacíficas ou necessariamente mais propensas a morrer, mas são ameaçadas de modos diferentes dos homens e as suas inseguranças são validadas de forma distinta dentro dos discursos de segurança estadocentricos, seja na sua ligação com a segurança militar e, até dentro dos Estudos Estratégicos, se não causarem impacto nas capacidades militares do Estado. A literatura feminista nas humanidades e nas áreas de Sociologia da Ciência e da Teoria Política começou nos anos 1970 e, com maior impacto nas RI por volta de 1987-88. Nesse ano de 1988, foi levado a efeito um simpósio sobre

‘Mulheres e RI’ na *London School of Economics and Political Science* (LSE), tendo sido lançada uma edição especial *Millenium*. Em 1990, foi fundada a secção de ‘Teoria Feminista e Estudos de Género da Associação de Estudos Internacionais’.

As abordagens linguísticas e Pós-Estruturalistas reclamam uma abordagem distinta, que sustentam que a linguagem possui uma capacidade estruturadora e influenciadora capaz de fornecer ‘poder social’ (Hook, 1984, p. 260). A escolha de diferentes metáforas, eufemismos ou analogias tinham consequências fundamentais sobre o entendimento da realidade e, portanto, também, sobre quais as políticas que deveriam ser adotadas. A propósito das questões nucleares, o termo ‘dano colateral’, por exemplo, integrava um discurso tecno-estratégico mais amplo, em que o ponto de referência eram as armas em si, em vez da morte dos seres humanos (Carol Cohn, 1987, p. 711). A análise linguística, nos anos 1980, tinha afinidades com a ‘Pesquisa da Paz Crítica’, que ainda demonstrava uma preocupação pós-marxista da ‘Escola de Frankfurt’, com a maneira pela qual os media moderna manipulavam e estruturavam a realidade. Para aqueles que se baseavam nos filósofos franceses pós-estruturalistas, de forma mais destacada, Jacques Derrida e Michel Foucault, essa visão modificava-se pelo fato de se argumentar que nenhuma materialidade estaria apta a apresentar-se a si própria, fora de uma representação discursiva (Dillon, 1990, p. 103). Havia aqui, portanto, algum distanciamento epistemológico da agenda positivista da Pesquisa da Paz. Em termos de ‘forças motrizes’ o advento e o desenvolvimento da abordagem pós-estruturalista sofreu a influência dos ‘debates académicos internos’, através de disciplinas e teorias exteriores aos ESI e às RI, como a Teoria Política, a Filosofia, a Linguística e a Sociologia. A sua criação, no contexto histórico da ‘segunda guerra fria’, dos anos 1980, também foi influenciada pela ‘política das grandes potências’ e pelo medo e oposição geral que a tecnologia nuclear e a corrida armamentista geravam na esquerda académica e política.

Para os pós-estruturalistas, a ‘segurança nacional’ não era, em suma, algo que pudesse ser avaliado em termos do tipo das ameaças que uma nação enfrentava, mas sim através de um processo pelo qual a ‘nação’ viria a ser produzida e reproduzida, com uma identidade particular. As ameaças eram elas próprias discursivas, ou seja, constituir algo como ameaçador, ‘discursos de perigo e segurança’ e apresenta-los ao *Self* ameaçado como particularmente importante (Dillon, 1990, p. 102). Partindo de Foucault, os pós-estruturalistas enfatizavam, além disso, o significado do poder e do conhecimento dos discursos de segurança como «atuações de poder que mobilizam regras, códigos e procedimentos para asseverar um entendimento específico através da construção do conhecimento» (Dalby, 1988, p. 416). O conhecimento não era, assim, livre de julgamento de valores e, o clamor por objectividade, a que os positivistas clássicos e os tradicionalistas de ESI se rendiam, era, desse modo, problematizado. A política de segurança, na ótica pós-estruturalista, tratava, de modo fundamental, da construção de um ‘Outro’ radicalmente diferente, inferior e ameaçador, mas já que a identidade é sempre relacional, também do *Self*. A atenção na constituição do ‘Outro’ ampliava o campo

de análise de segurança tradicional pelo fato de os pós-estruturalistas defenderem que as políticas de segurança eram direcionadas não só para o Outro externo, mas também contra 'Outros' internos, na medida em que estes «se colocavam em locais diferentes de etnia, raça, classe, género ou localidade» (Campbell, 1990, p. 270). A insistência do Pós-estruturalismo em teorizar a segurança como discurso, todavia, também atraiu muitas críticas de realistas, assim como de pesquisadores da paz, em particular, na medida em que, os debates de RI e de ESI, no fim dos anos 1990, se concentravam na epistemologia e em pressupostos sobre a 'realidade', a materialidade e as ideias. O fim da Guerra Fria e a implosão da URSS pressionaram o Pós-estruturalismo para que se ocupasse de questões de mudança, eventos e construções não radicais de identidade. A sua institucionalização veio a traduzir-se numa quantidade limitada de literatura e numa história curta. O periódico *International Studies Quarterly*, numa edição especial intitulada 'Falando a língua do exílio: dissidência nos estudos internacionais', em 1990, deixava perceber, de acordo com o título, que a auto-compreensão dos pós-estruturalistas era a de serem marginalizados, exilados e silenciados.

Concluindo, há uma evidência para se compreenderem os Estudos Estratégicos da Guerra Fria, Controlo de Armamentos e Pesquisa da paz, como um diálogo único, apesar das suas óbvias diferenças políticas. Com certeza que havia desacordos, atingindo, às vezes, um antagonismo aberto em relação às prioridades e às políticas preferidas e até visões diferentes sobre como definir o problema. Porém, tanto estrategistas quanto pesquisadores da paz, respondiam ao problema: como buscar a segurança no contexto de um confronto bipolar nuclear entre as superpotências? Neste capítulo, tentamos descrever como o Controlo de Armamentos, a um nível menor e a Pesquisa da Paz, com mais propriedade, criticavam os Estudos Estratégicos e as divisões políticas, normativas e epistemológicas, cruciais, no quadro da Pesquisa da Paz que geraram abordagens com identidades distintas: a paz positiva versus a paz negativa e, dentro do campo positivo, entre a abordagem liberal e os neomarxistas críticos, enquanto que relacioná-los a uma posição galtunguiana, incorporava ideias liberais e marxistas. Em 1980, a Segurança Comum desenvolveu-se a partir da agenda do Controlo de Armamentos, fazendo eco da Pesquisa da Paz negativa. Na mesma década, duas outras abordagens, o Feminismo e o Pós-estruturalismo tiveram as suas raízes na Pesquisa da Paz positiva, mas assumindo direções próprias e autónomas. Verificam-se, assim, mais abordagens e classificações nos terrenos dos ESI, o que representa uma unidade de interações e maior quantidade de debates académicos.

6. Os estudos de segurança internacional Pós-Guerra Fria

Este capítulo compreende os estrategistas, pesquisadores da paz e estudiosos do Controlo de Armamentos que permaneceram ao lado da agenda militar, apesar

do fim da Guerra Fria, apelidando-os, de forma conjunta, como 'tradicionalistas'. Deste modo, a maior parte das principais distinções entre Estudos Estratégicos e a Pesquisa da Paz são ignorados. Discutem-se, antes, novas divisões entre tradicionalistas e os que desejavam aprofundar o significado de segurança. O argumento utilizado é que os ESI da Guerra Fria podem ser vistos como um único diálogo sobre segurança militar, que permanece tão ou ainda mais forte, após a Guerra Fria. Ao que se assiste é que há uma convergência entre os Estudos Estratégicos e a Pesquisa da Paz 'negativa', mesmo depois das acaloradas críticas normativas e analíticas durante a Guerra Fria. O maior desafio estava direcionado não apenas para o estadocentrismo militar que os pesquisadores da paz negativa e os estrategistas compartilhavam, mas, também, em relação à sua posição epistemológica racionalista comum. Ou seja, nos termos do objecto de referência, o Estado ainda ocupava o centro do cenário, tal como o setor de segurança e os militares. Nos termos de localização de ameaças, os Estudos Estratégicos inauguraram uma visão mais ampla, o que pode ter concedido à Pesquisa da Paz um pouco de vantagem em relação às 'ameaças internas'.

Com a implosão da URSS, a questão que se punha, agora, era saber o que exactamente tinha substituído a bipolaridade. Era a unipolaridade? a multipolaridade? a globalização? Este era, fundamentalmente o ponto de debate dentro da literatura das RI. A agenda tradicional perdeu parte do seu domínio sobre os ESI, enfrentou novos desafios e, durante alguns anos, sofreu uma pressão intelectual e retracção institucional.

Sob o ponto de vista das cinco 'forças motrizes', como se produziu a convergência entre Estudos Estratégicos e a Pesquisa da Paz? Do mesmo modo que a segurança militar tradicionalista? A Guerra Fria foi o 'metaevento' sobre o qual os ESI tinham sido fundados e a 'política das grandes potências' e a 'tecnologia' constituíram as forças mais significativas que moldaram a sua evolução.

O que se seguiu, nos anos 1990, foi, portanto, segundo os pressupostos realistas e neo-realistas, uma preocupação sobre a classificação da nova polaridade do sistema. No início dos anos 1990, já não era óbvio que as capacidades militares eram mais significativas do que as económicas ou políticas e havia questões que levantavam dúvidas em relação ao papel de certas unidades ou agrupamentos políticos como eram, por exemplo, o papel que cabia ao Japão e à União Europeia. Contra a compreensão realista do Estado, um grande debate se seguiu, em torno de explicações domésticas, contra explicações sistémicas, materiais e ideacionais, a propósito do comportamento soviético. Foi neste contexto que foi enquadrado o raciocínio e as atitudes tomadas por Gorbachov, ao mostrar que líderes estatais podem tomar decisões racionais, e que não são utópicos, altruístas ou motivados pela paz mundial. Olhando para além das explicações do fim da Guerra Fria e entrando nos 'eventos', em especial os conflitos militares, a necessidade de sair das questões externas para as internas era, contudo, aparente, como se evidencia pelo recrudescimento dos conflitos étnicos ou civis. A resposta dos estrategistas não era abdicar das guerras intra-estatais em favor de outros, acostumados a

trabalhar num nível subestatal, mas sim descer à análise realista e aplica-la, agora, a grupos belicosos, não só Estados (Posen 1993; Kaufman, 1996). O 'dilema de segurança' de Herz era aplicável mediante níveis de análise e a compreensão neo-realista do Estado foi construída sobre o pressuposto de um ator racional da teoria microeconómica e, portanto, podia muito bem, ser transferida para outras instituições, nomeadamente subestatais. Mas a preocupação dos tradicionalistas com a estrutura, o Estado e a solidez da pesquisa, em segurança, continuava a ser central, apesar dos debates epistemológicos e das posições assumidas sobre abordagens mais abrangentes de ESI e dos debates mais amplos de RI, no final dos anos 1990 (Keohane, 1988, Waever, 1997, versus Walt, 1991, p. 223). Walt diferenciou a sua posição contra as epistemologias em ambos os extremos do espectro racionalista-reflexivista (Keohane, 1988, cap. 2-3). No tópico 'ampliadores epistemológicos', Walt (1991, p. 223) lançou um alerta contra os pós-estruturalistas que «vêm seduzindo outras áreas dos estudos internacionais», apesar de serem «na maior parte uma crítica, e não uma teoria». Como consequência, «assuntos de guerra e paz são importantes demais para que a área seja desviada para um discurso prolixo e auto-indulgente divorciado do mundo real». E também sustentou que os 'modelos formais', apesar de serem mais úteis do que o Pós-estruturalismo, deveriam ser vistos com atenção, o que suscitou da parte dos seus teóricos, a maioria dos quais sustentados pela linha dura da Pesquisa da Paz quantitativa, uma reacção, primeiro, porque a consciência lógica era superior à originalidade e à validade empírica e, depois, porque as teorias formais eram originais e foram bem mais testadas do que era reconhecido (de Mesquita; Morrow, 1999). Walt fiel à sua análise responde, «Sejamos cândidos. Há uma percepção generalizada de que os adeptos dos modelos formais são menos tolerantes em relação a outras abordagens do que praticamente qualquer outro grupo na área da Ciência Política». Concluindo, as críticas de Walt sobre os modelos formais são uma boa indicação de que a 'teoria formal' era mais forte no campo da 'Resolução dos Conflitos'. Esta troca de argumentos pode ser vista como indicativa de uma divisão fundamental entre abordagens formais e qualitativas ou como evidência de um diálogo por meio da divisão entre 'Resolução de Conflitos' e 'Estudos de Segurança'. Ainda neste capítulo, haveria lugar para analisar a política das grandes potências de que apenas enumeramos, além do debate sobre a polaridade, a que já aludimos, a ascensão da China, as Relações transatlânticas, a Paz democrática e o Islão vs outras civilizações. Sobre a 'tecnologia', enumeramos a proliferação vertical, a Defesa de Mísseis Balísticos (DMB), as Armas de Destruição Maciça (ADM) e a Revolução nos Assuntos Militares (RAM). Relativamente aos 'eventos', merecem menção os Conflitos Intra-estatais, em estados falidos e no 'Terceiro Mundo', a Segurança Regional, as Intervenções Humanitárias (Somália, Bósnia), a Guerra do Kosovo, a Guerra do Golfo de 1990-91 e o Terrorismo. São muitos temas a merecer muito desenvolvimento e, por isso, não cabem no âmbito do nosso trabalho.

Concluindo, podemos afirmar que os ESI se desenvolveram a partir da rivalidade nuclear das superpotências e que o final da Guerra Fria trouxe questões

fundamentais sobre a capacidade dessa área sobreviver. Mesmo assim, a ala tradicionalista dos ESI, incluindo a 'Pesquisa da Paz negativa', expressa notável continuidade e robustez sobre temas que iam da dissuasão à corrida armamentista, passando pelas ADM, o terrorismo, até à tecnologia militar e à guerra. Talvez a proliferação nuclear das superpotências continuasse como a problemática central da agenda. Deu-se uma mudança nas relações internacionais para o Sul (relação Norte-Sul). Interessante, sobre os anos 1990, é o grau de continuidade da agenda tradicional, apesar do final da Guerra Fria. Fica claro que a 'institucionalização', em si, funciona como um fator de conservação, assim como as dinâmicas internas dos 'debates académicos', entre estrategistas e pesquisadores da paz negativa, nomeadamente, sobre qual a polaridade que teria substituído a bipolaridade. Também as 'tecnologias' continuaram a seguir o seu próprio caminho, no cruzamento com as forças motrizes das grandes potências.

A adaptabilidade das abordagens militares estadocentricas, ajudaram a explicar por que a crise institucional dos ESI, que parecia inevitável, no fim da Guerra Fria, não aconteceu, a par com a expansão da agenda dos ESI, para além dos aspectos político-militares e da epistemologia materialista e positivista dos tradicionalistas.

7. O retorno à Segurança Nacional (?) após o 11 de Setembro

Os eventos do 11 de Setembro têm de ser vistos em certo sentido, como um marco temporal, tal como o fim da Guerra Fria e por outro lado, mais específico, no sentido de saber se o 11 de Setembro e a consequente 'Guerra Global Contra o Terrorismo' (GWOT) foram admitidos como um 'evento' suficientemente importante para remodelar a agenda dos ESI. Das conclusões que vimos extraindo da análise dos diferentes capítulos podemos partir do pressuposto de que nem todos os ESI mudaram de velocidade e de direcção em resposta a tais eventos. Porém, há importantes razões analíticas e políticas para perguntar se e como os ESI sofreram com a GWOT. Sob o ponto de vista analítico, já vimos como os ESI podem ser conduzidos por eventos, um debate de sociologia da ciência a que já nos referimos. Politicamente, obviamente, que a GWOT teve importantes consequências entre o 'Ocidente e o resto' e dentro de alguns países do Ocidente, nos EUA e na Europa.

Tanto as perspectivas realistas como as liberais e as ampliadoras apontam para que, em tempos de guerra, os orçamentos destinados à 'Defesa' aumentam, ao mesmo tempo que se aceitam maiores cerceamentos dos direitos civis e humanos. A preocupação com o terrorismo não é nova, mesmo antes e durante a Guerra Fria. Contudo, a literatura mais antiga lidava com o terrorismo como um problema mais periférico. Evidentemente que os acontecimentos do 11 de Setembro fizeram elevar este fenómeno para um patamar superior e induziu interesses ao nível das religiões. Esta mudança desafiou tanto os ampliadores, de volta à violência

política, como os tradicionalistas, ao mudar a atenção da guerra interestatal para as relações entre os Estados e atores não estatais. No entanto, o equilíbrio da literatura de ESI não eliminou as anteriores preocupações e debates. Também não significa dizer que o acontecimento trouxe consenso académico ou político aos ESI. A GWOT funcionou sim, para certas áreas dentro dos ESI, como um conjunto de eventos dominantes comuns que constituíram um ponto importante, para o debate. E, para além disso, originou um crescimento exponencial de literatura sobre o terrorismo, chegando a dar nome a uma subárea sobre ‘estudos de terrorismo e segurança’. Mas dizer que o 11 de Setembro teve impacto sobre os ESI não significa, necessariamente, que os tenha mudado. Com efeito, assiste-se a algum debate, principalmente, no que concerne à racionalidade dos atores e à tecnologia, admitindo que os paradigmas básicos se mantinham inalterados. As discussões ampliadoras interessavam-se principalmente pela questão de saber como o terrorismo e a GWOT tinham impacto na discussão do objeto de referência, até que ponto os terroristas eram similares ao Estado e se o discurso do Ocidente significava um regresso ao Estado como principal referência, a precisar de uma ‘desconstrução’. De acordo com a resposta, a discussão, dependendo da perspetiva adotada, tinha consequências para a ‘ampliação’. As respostas militares no Afeganistão e no Iraque mostraram a importância do sector militar, mas a GWOT, também levantou muitas questões nas áreas da segurança social, de género, de religião e de desenvolvimento. Finalmente, sobram as questões sobre o ‘debate académico interno e a institucionalização’, de acordo com o modo como os estudiosos de segurança de diferentes ESI se comprometiam politicamente.

A resposta tradicionalista à GWOT era de que as respostas políticas se deram na conjuntura de uma agenda realista e tradicional, na medida em que se tratava de um ataque a um território ocidental (EUA), que mostrava a verdade perene de que a ausência de conflito internacional não representava uma mudança qualitativa irreversível, mas sim, de um lapso temporário, dentro de um sistema anárquico de tensões. O realismo, em especial, o Neo-realismo e com eles uma boa parte dos tradicionalistas voltaram ao estudo do Estado e das ameaças externas. Especialmente central, era a discussão sobre se a al-Qaeda, bin Laden e Saddam Hussein eram suficientemente ‘racionalis’ para que sustentassem as premissas neo-realistas. Neo-realistas destacados como Posen e Walt (2001/2), Mearsheimer (2003) defendiam bin Laden como ator racional, perfeitamente capaz de entender a força e, portanto, podendo ser dissuadido por outras formas além da guerra. Esta visão era completamente oposta a do governo Bush, que considerava Hussein irracional e não confiável. Desde logo, uma das consequências mais importantes, foi demarcar as diferenças políticas e analíticas entre realistas, por um lado, e neoconservadores e institucionalistas liberais, por outro. O Realismo possui uma história de cepticismo contra uma política externa baseada em valores e ideais (Morgenthau, 1946, 1951) e, neste sentido, outros realistas como Mearsheimer (2005, p. 6) vieram argumentar que foi o Iraque que provou que os realistas estavam certos e os neoconservadores errados. Acima de tudo, revelava-

se um interesse muito grande na possível irracionalidade estratégica dos EUA, por causa das aparentes disfuncionalidades nos seus processos de formação de política externa. Alguns defendiam que o centro das políticas norte-americanas se havia voltado completamente para a direita e que não haveria retorno, pós-Bush, ao internacionalismo liberal que sustentou as relações transatlânticas, durante a segunda metade do século XX.

Outra consequência, foi o interesse revelado na utilização da força como tema central da segurança, já que a GWOT alterou a agenda tradicional de ESI em direcções diferentes da guerra interestatal, da dissuasão nuclear e do Controlo de Armamentos, dada a elevação do 'terrorismo' da posição marginal que ocupava para um debate central, como novo desafio. Que tipo de guerra era esta, já que uma das partes era um ator não estatal? Seria uma boa ideia enquadrá-la como guerra? Quem era o inimigo, que tipo de forças e fraquezas possuía o 'terrorismo' e como deveria ser entendido o fenómeno? Talvez a maior preocupação fosse como pensar alianças, táticas e estratégias apropriadas para lutar contra um tipo estranho de guerra⁵. As implicações do 11 de Setembro, da GWOT, levantaram não apenas questões gerais sobre como a grande estratégia norte americana deveria responder à nova ameaça (Ikenberry, 2001a, 2001b; Boyle 2008), mas também, questões específicas sobre as suas relações com a China, a Europa e a Rússia, se seriam afetadas pela GWOT, e outras preocupações relativas a direitos humanos e à forma como lidar com o fenómeno em determinadas regiões e países. A 'política das grandes potências e os debates' relacionados com a proliferação, nos moldes anteriores, alterou-se com as preocupações trazidas, agora, pelo 'Terceiro Mundo'. A tradição era mantida pela adaptação de Clausewitz a novas situações (Holmes, 2007). Os comunicados agressivos da estratégia de segurança nacional norte-americana, após o 11 de Setembro, levaram a reivindicações dos EUA pelo direito de uma guerra pré-emptiva e preventiva, no contexto da GWOT. Sem entrar na análise dos grandes debates que se travaram, o principal argumento era discutido entre aqueles que defendiam uma mudança geral em direcção às novas guerras, após 1990, e os que defendiam que essas aparentes mudanças não representavam nada de novo. A GWOT nem desencadeou, nem moldou tal debate, mas, por causa do destaque dos atores não estatais, ajudou a reforçar a visão de 'nova guerra' e a aumentar o debate dentro dos ESI. Com efeito, havia um interesse específico na diversidade de atores em jogo nas 'novas guerras', de um lado, empresas militares privadas (Singer, 2001/2; Percy, 2006; Kindey, 2007; Wolf et al, 2007) e, de outro, de milícias, caudilhos e outros atores políticos não estatais (Schultz; Dew, 2006; Marten, 2007).

Um outro aspeto relacionado com a GWOT e as 'novas guerras' era conformado pelo grau de interesse nas operações e processos de combate (Douglas, 2007). Sob pressão dos eventos, havia, agora, uma preocupação com

⁵ A este propósito há uma extensa bibliografia de autores. Stevensen, 2001; Roberts, 2002; Freeman, 2003; Kilcullen, 2005; Badey, 2006; Frisch, 2006; Schwartz, 2007, entre outros.

alvos civis e com baixas em geral, estudos sobre por que os soldados lutam e porque se morria menos, em comparação com épocas anteriores. Temas mais antigos, como a contra-insurgência e guerra assimétrica gozavam de nova relevância. A guerra do Iraque e, em menor escala, a do Afeganistão geraram, rapidamente, muito tipo de literatura, particularmente, as que defendiam consensualmente a ideia de desastre da intervenção, uma autópsia vigorosa do processo norte-americano de formulação de políticas sobre esse fenómeno, das suas consequências, nomeadamente sobre o que fazer depois e, um olhar em direcção ao futuro para aprender as lições a partir das políticas de segurança norte-americanas e ocidentais (Barnett, 2006, Freedman, 2006; Steel, 2007).

Apesar do impacto do 11 de Setembro e da GWOT, os debates anteriores prosseguiram, a análise teórica sobre as causas da guerra e o debate sobre a paz democrática fornecem exemplos de continuidade. As questões do Médio Oriente, de Israel, do Irão da importância do Islão político, as discussões sobre segurança regional, do Sul Asiático, do Sudeste Asiático, da Ásia Central e da África, mantiveram-se fora da GWOT, temas de contínua obsessão dos tradicionalistas pela 'política das grandes potências'. Temas como a ascensão da China, as relações transatlânticas e o futuro da UE, continuaram a ocupar a atenção dos EUA. A Estratégia de Segurança Nacional de 2002, de George Bush, tornou claro que os EUA não tolerariam quaisquer rivais ao seu poder, uma política que podia estar voltada para a China, Federação Russa e UE, em ópticas diferentes. Mas manteve-se a grelha de temas específicos nas relações sino-americanas, com repercussões para o Leste Asiático, como a questão de Taiwan, das políticas de segurança japonesas, de uma contínua movimentação em direcção a uma postura mais militarista, dos interesses sobre a Coreia do Norte, a propósito do seu programa de armamentos nucleares, da análise das relações da China com a Índia e com a Rússia. Ou seja, a grande estratégia norte-americana não apenas prosseguiu sem perturbações, mas até se diversificou e expandiu, através de uma política externa mais agressiva. Esse, aliás, representou um traço que viria a ter fortes repercussões a nível da relação transatlântica, não logo após o 11 de Setembro, mas mais pelas posições assumidas pelos EUA, de forma unilateral, por vezes, à margem das Resoluções da ONU, o que veio a causar um forte enfraquecimento da própria NATO, a par de temas colaterais que incluíam implicações de segurança da expansão da UE para Leste, nomeadamente no relacionamento com a Rússia. Finalmente, dentro das 'forças motrizes' para os ESI tradicionalistas, tal como a 'política das grandes potências', a 'tecnologia' seguiu o seu caminho e manteve uma estrutura geral de debate muito similar à dos anos 1990, com as denominações-chave de DMB, RAM, dissuasão, proliferação, corrida armamentista e Controle de Armamentos. O que aumentou foi, sem dúvida, mais o interesse nos Estados párias, a propósito da proliferação nuclear e outras ADM, mas nada de semelhante com o que se passou durante o período da Guerra Fria. Não pode, contudo, deixar de se enfatizar a vulnerabilidade das sociedades abertas à utilização de tecnologias civis, prontamente disponíveis

a funcionar como 'armas'.. Mais polémico, foi o estacionamento de uma DMB, em antigos países do Pacto de Varsóvia, proposto pelos EUA, o que criou uma série de preocupações sobre o seu impacto nas relações dos EUA e da NATO com a Rússia. (Samson, 2007; Slocombe, 2008). A RAM também se manteve atual, embora se assistisse à criação de certas ramificações em relação a certos interesses em biotecnologia (Koblentz, 2003/4), guerra de informações (Norgan, 2003) e armas espaciais (DeBlois et al., 2004).

Sobre estas ramificações (biotecnologia, guerra de informações e armas espaciais), associadas a risco, é oportuno referir que um grupo de estudiosos alimentando-se da obra clássica de Carl Schmidt e do recente filósofo político italiano Giorgio Agambem, da Escola de Copenhaga, além de Foucault, envolveram-se na discussão sobre como essas práticas acentuavam as tensões entre segurança e liberdade, no centro do discurso liberal. Essa questão apontava para dificuldades dentro do 'Liberalismo moderno' em reconciliar a necessidade de fornecer segurança, portanto, uma autoridade soberana por um lado, e a crença na liberdade individual, por outro. Durante a Guerra Fria, os estudiosos críticos de segurança, que trabalhavam com biossegurança, analisavam a mudança de um inimigo territorial, bem-definido, em relação ao terrorista que se movimenta, anonimamente, até ao momento em que ataca. As autoridades comprometiam-se, assim, com práticas que procuram definir o provável terrorista por meio da análise de perfis. O efeito dessa construção de perfis e vigilância é a criação da 'sociedade da insegurança', na qual cada cidadão aprende a ficar alerta, em relação a actividades e pessoas suspeitas, como foi o caso do disparo da polícia, contra o electricista brasileiro Jean Charles de Menezes, no metropolitano, em Londres, por ter sido confundido com um terrorista (Weber, 2006 a). Mas o controlo da biossegurança também se prendia com outros riscos inerentes ao controlo de corpos, como gripes infecto-contagiosas e outros perigos para a saúde global (Bell, 2006; Epstein, 2007). Um elemento paralelo ao regime de vigilância gerado pela GWOT, são as práticas seguidas nas fronteiras, em que os corpos são categorizados por regimes de vistos e passaportes biométricos ou por patrulhas civis de fronteiras, por exemplo, na fronteira entre os EUA e o México. Conforme resulta das críticas em relação à escola de Copenhaga, tais regimes mostram que a grande exceção schmittiana - a 'declaração de guerra' - está, agora, acompanhada de 'exceções quotidianas' levadas a cabo por burocracias e 'servidores de segurança' (R. B. J. Walker, 2006). Outra literatura relacionada, criticava a atenção dada às grandes narrativas de ameaça e de sobrevivência, no cerne da maior parte dos ESI, defendendo que o risco, mais do que a segurança, capturava a natureza da época pós-Guerra Fria. Essa literatura baseou-se nos influentes textos do sociólogo alemão Ulrik Beck (1992, 1999), em que ele defende que a sociedade de risco está muito ligada à sociedade industrial tardia, causa de uma série de riscos, concretamente no setor ambiental, que não são facilmente evitados ou controlados. No topo, vem os riscos com catástrofes, de efeitos irreversíveis, difíceis, se não impossíveis de calcular. Crucial para a

análise de Beck é a ênfase habermasiana, referente à Escola de *Frankfurt* sobre a reflexividade. As sociedades de risco são capazes de compreender a si mesmas, através de 'dinâmicas de risco' e, portanto, capazes de negociar a melhor forma de enfrentar as consequências materiais e políticas que surgem da 'gestão de riscos diários' e dos riscos catastróficos. É discutível se a literatura de risco se insere ou não nos ESI, quando se tenta associar ao conceito de 'segurança'. Um dos factores que pode influenciar essa visão, do risco como parte dos ESI, é que ela se compromete demasiado com a mesma problemática de 'segurança-guerra-terrorismo'. É fato que os conceitos não são passíveis de ser esclarecidos de uma forma total e, portanto, se esta situação se mantiver, em que a segurança não é o conceito guia, os teóricos do risco podem abandonar os debates de ESI em vez de tentar mudá-los.

A 'institucionalização', a propósito da GWOT, implicaria fornecer um relato exaustivo do impacto institucional do 11 de Setembro, acerca dos centros e dos programas existentes que foram criados, o que não está nos nossos propósitos, mas as indicações sobre esse desenvolvimento encontram a sua explicação no desenvolvimento do Centro de Estudo de Terrorismo e Violência Política da Universidade de St. Andrews, o primeiro centro do tipo na Europa, fundado em 1994, que oferece um curso de mestrado em Estudos de Terrorismo (disponível em: www.st-andrews.ac.uk/~cstpv/ (acesso em 24Out2014). Outros exemplos advêm de projectos de outras universidades, como a Universidade de Brown, apoiada pela Fundação Ford, com início em 1999, mas que se desenvolveu depois do 11 de Setembro (disponível em: www.opendemocracy.net/democracy-americanpower/morgenthau_2522.jsp (acesso em 24Out2014). E, ainda, no âmbito de fundações, em especial, no apoio da pesquisa crítica. Alguns efeitos da institucionalização são mais difíceis de quantificar, mas também são significativos, pois a quantidade de *papers* em conferências, teses e dissertações sobre 'terrorismo' e publicações em periódicos, registaram uma forte interseção a propósito do tema.

Conclusão, a questão prende-se, fundamentalmente, com o problema de se saber se o 11 de Setembro mudou os ESI. E a resposta é sim e não. Na verdade, continuou a haver muitos debates sobre a polaridade das grandes potências e dos armamentos nucleares, independentemente da GWOT. Também não deixou de se debater as consequências sobre a política das grandes potências, depois do evento do 11 de Setembro, a tecnologia vs conceito de segurança, os pressupostos da 'racionalidade do ator de segurança' e o papel que os académicos de ESI deveriam adotar. No respeitante às quatro questões que estruturam os ESI, a GWOT questionou o Estado como objecto de referência na medida em que os 'terroristas' operam de forma diferente do Estado nacional soberano, que se apresenta como o ator privilegiado no 'processo de tomada de decisão'. Mas as políticas adotadas, também contribuíram para o reforço do Estado, daí a necessidade de reanalisar os discursos de segurança nacional. Lógica semelhante aplicava-se às ameaças internas/externas, na perspectiva do reforço e vigilância

física e, também, biométricas e digitais das fronteiras. Assiste-se, assim, a uma ampliação da segurança, da segurança militar, obviamente, enquanto outras linhas mais empíricas, em especial nas áreas de segurança de género, segurança ambiental, social e religião seguiam seus próprios caminhos.

Em relação ao futuro, saber se a GWOT vai definir uma nova era da segurança internacional, mantém-se uma questão em aberto. O ponto é saber se a GWOT é ou pode vir a ser capaz de originar uma macrossegurização global substituta da Guerra Fria. Os acontecimentos precipitam-se todos os dias, mesmo no momento em que este artigo está a ser escrito, exigindo grandes alianças e mudanças no seu seio para fazer frente a ameaças que, por vezes, os 'media' não tratam com a profundidade necessária, porque do que estamos a falar é de autênticos massacres, de barbárie praticada em zonas do mundo que estão cada vez mais próximas, mas ainda sem preocuparem muito directamente o Ocidente, em que o inimigo atua de forma ambígua, ao servir-se das tecnologias civis do mundo ocidental, que usa como armas, não só para o exterior, mas também, contra os seus próprios nacionais. A par, o desenvolvimento da 'política das grandes potências', nomeadamente em várias partes do mundo asiático, como na China, no Japão e dos seus aliados naturais, mas, também, no Médio Oriente, em que o conflito Israelo-Palestiniano continua por resolver, sem solução à vista, a dividir as potências regionais numa luta interminável pela sua hegemonia. Contudo, os estudiosos das diferentes linhas inclinam-se, no que tange o terrorismo, para uma obsessão transitória no lugar de algo que possa definir uma nova era estratégica. A visão mais generalista é de que os ESI permanecem como um diálogo único, mas que agora, possui uma perceção muito mais ampla, mais profunda e sofisticada, acerca do modo como interpretar um 'evento'.

8. Conclusão

Na década de 1980, os ESI eram descritos como uma área do conhecimento muito jovem, numa situação de estagnação e com uma história ainda por escrever (Nye e Lynn-Jones (1988, p. 8). Desde essa data, as publicações sobre ESI têm-se multiplicado com o rápido crescimento das perspectivas ampliadoras dos anos 1990, depois da queda do 'Muro de Berlim', em 1989, com a implosão da URSS em 1991, com a unipolaridade do sistema, e, mais recentemente, com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 e a conseqüente guerra global contra o terrorismo (GWOT). A área tem-se tornado muito produtiva, através da publicação de livros, relatórios, periódicos, conferências, *think-tanks* e com a investigação apoiada por universidades e fundações. Esta evolução acaba, naturalmente, por exercer a sua influência na adoção de novas metodologias, sob o ponto de vista analítico, concetual e político. Porém, uma sociologia histórica da área ainda não foi escrita. A Ciência Política e outras subáreas como as Relações Internacionais (RI) e a Teoria Política têm gerado algumas

sociologias disciplinares, o que ainda não aconteceu com os ESI, o que pode ter várias explicações. Uma muito plausível, será o curto espaço de tempo que decorreu desde a sua criação, o que não permite um distanciamento suficiente para escrever a história dos dados agregados. Outra razão, pode ser uma falta de consensos, de acordos, entre as diversas correntes, principalmente as mais tradicionais, como sejam os Estudos Estratégicos e a Pesquisa da Paz e, até certo ponto, entre ambas e algumas das correntes ampliadoras. Nestas circunstâncias a história dos ESI não pode ser definida de forma independente do debate dos ESI, o que, como já foi referido, dada a contemporaneidade da disciplina, por um lado, e a falta qualitativa e quantitativa de um acervo internacionalmente aceite, faz com que escrever uma sociologia disciplinar se torne mais difícil.

Nestes termos, para permitir uma análise o mais objetiva possível, atentas as convergências e divergências existentes, interessa começar por ligar os conceitos à 'segurança' e ver como as questões mais complexas podem conduzir os debates. Para isso, torna-se, ainda necessário, gerar um vocabulário e criar uma área 'metadialógica' de conversação, que permita facilitar o diálogo necessário. Objetivamente, interessa que todos possam participar nas grandes conversações sobre ESI e, simultaneamente, sejam capazes de observar as consequentes relações entre si e os demais. Fomos em busca de um critério normativo central, que revertesse material para a construção do nosso artigo, percorrendo caminhos que, no seu conjunto, constituem a sua estrutura analítica. Para o efeito, tivemos a preocupação de procurar a literatura mais especializada e mais recente sobre esta matéria. Assim, foi criada uma estrutura que prevê a definição e quantificação das 'forças motrizes', das questões estruturantes da noção de 'segurança' e dos seus conceitos adjacentes, que possam incluir as diferentes perspetivas dos ESI. O 'desacordo' nesta área, tem sido o acento tónico, o que constitui, por si, uma importante força motriz para outras iniciativas e novas abordagens capazes de contribuir para aprofundar a compreensão de preocupações compartilhadas.

Em consequência, uma primeira questão tem a ver com a evolução da estrutura concetual dos ESI, que tem sido relativamente fluida. Começou por estar intimamente ligada aos assuntos militares e à segurança nacional, tendo o Estado no centro, até se alargar à 'segurança humana', à segurança ambiental e às estruturas sociais e económicas. Com efeito, depois da Segunda Guerra Mundial, o novo conceito de segurança foi pensado no sentido de se distanciar das teorias estadocentristas, mas a eminência de um confronto militar, entre as duas superpotências, foi impedindo caminhar nesse sentido. Depois dos anos 1970, com o advento da crise do petróleo, a 'Pesquisa da Paz' e os 'Estudos Estratégicos' emergiam em plena Guerra Fria e, dentro da Pesquisa da Paz, uma linha que separava a 'paz positiva' da 'paz negativa'. Dentro destas duas correntes assistia-se a uma convergência entre o Controlo de Armamentos e a Pesquisa da Paz 'negativa', que concentravam as suas atenções na segurança militar, no armamento e no conflito. A principal diferença residia na divergência de pontos de vista entre os pesquisadores e a dinâmica realista. Por seu lado,

os pesquisadores da 'paz positiva' focavam-se na dinâmica de integração das sociedades e, mais tarde, no quadro de uma posição mais crítica, também, na violência estrutural. Essa linha viria a demonstrar-se muito importante para os investigadores liberais e construtivistas que revelavam mais interesse pela comunicação e pelos padrões de interação cívica estatais e pelas instituições internacionais. A Pesquisa da Paz escandinava, alemã e neomarxista foram igualmente importantes para a literatura ampliadora crítica - Pós-Estruturalismo, Pós-Colonialismo, Feminismo e Estudos Críticos de Segurança, que a partir da década de 1980, mudaram o campo conceitual de 'paz' para 'segurança'.

Durante a Guerra Fria, o que se escreveu a propósito dos ESI não passou, explicitamente, pelo conceito de segurança. Depois dos primeiros artigos conceituais de Wolfes (1952) e Herz (1950), o conceito tal qual foi descrito, no início, foi aceite como um dado adquirido - a segurança era a segurança estatal que deveria ser alcançada pelo equilíbrio do poder. Conceitos e teorias que os acompanhavam apareciam sob a forma de 'conceitos paralelos' gerais, dos quais os mais destacados, eram o poder e a estratégia, intimamente ligados ao realismo das RI. Ou, ainda, através de conceitos mais específicos como os de 'dissuasão' e 'contenção'. A Pesquisa da Paz, por seu lado, constitui-se em torno da 'paz', um conceito oposto, embora a diferença entre 'segurança' e 'paz negativa' não fosse percebida de forma tão distante. O que liga a Pesquisa da Paz aos ESI, não é senão é uma comunhão de conceitos. Mas, quando essa comunhão não é alcançada, por apoio ou oposição, a convergência pode surgir de um interesse comum assente nas respostas às seguintes quatro questões estruturantes: - como definir o objeto de referência, - saber se nas ameaças se incluem as internas e externas, - se os militares são o único sector de segurança e - se há, ou não, uma expectativa na transformação das RI para além da corrente realista da guerra e do conflito. Seguramente que as outras teorias vão contestar e responder a estas questões.

Para além desta problemática abordamos a importância das discussões epistemológicas em todas as questões dos ESI, desde os anos 1980, como consequência da preocupação geral das RI com a epistemologia. Com efeito a história da Pesquisa da Paz e dos ESI sofre alguns desvios em relação às perspectivas da RI. Primeiro, porque nas últimas décadas, as teorias da 'escolha racional' mantiveram uma forte posição dentro da Ciência Política, embora nunca tivessem sido muito fortes dentro dos ESI. A 'Pesquisa da paz negativa' tem uma longa história de pesquisa quantitativa, mas tem-se situado, de modo especial, dentro do campo da 'Resolução de Conflitos' ou das RI quantitativas. Daí que, no final da Guerra Fria, não se tenha assistido a grandes debates dentro destas teorias. A 'Pesquisa da paz marxista', durante a Guerra Fria, compartilhava da epistemologia positivista da Pesquisa da Paz na medida em que buscava conexões causais, com referências materiais e comportamentos claros, em vez de palavras e discursos. Daí podermos concluir que não existe uma relação automática de um para um, tanto em relação ao conceito de segurança e paz, como para a epistemologia escolhida e a crença normativa.

Certo é que o final da Guerra Fria empurrou os interesses militares para trás, conferindo muito mais espaço para o surgimento de uma agenda de segurança mais ampla, o que precipitou a luta pelo conceito de ‘segurança’, com os tradicionalistas a defender um conceito militar estrito, os ampliadores desejando expandir a agenda e outros, como os seguidores da Escola de Copenhaga, no meio, permitindo alguma expansão, mas mantendo o sentido específico da segurança internacional como uma forma excepcional e extrema de política. Havia, com certeza, outras vontades desejando ser ouvidas dentro dos ESI no pós-Guerra Fria. Nesse sentido, a resposta ao 11 de Setembro e a GWOT mostrava que a natureza multiperspetivada dos ESI tinha sido institucionalizada, a tal ponto que, nenhum evento político se demonstrava capaz de a alterar, muito menos de a eliminar.

Da mesma forma como os ESI se ampliaram e expandiram, esse movimento também alterou o modo como eles se relacionam com a área mais abrangente das RI. Algumas zonas de fronteira e pontos de interceção mantêm-se bastante estáveis, como os Estudos Estratégicos e o Neo-realismo. As velhas relações entre a Pesquisa da Paz com o liberalismo e o marxismo foram assumidas, principalmente, pelos Estudos Críticos de Segurança, o Pós-colonialismo e a Segurança Humana, estes últimos prometendo ocupar parte da agenda das RI. Mas novos pontos de interceção surgiram, e.g. com o Feminismo, o meio ambiente, o desenvolvimento e a identidade, com os quais os ESI se preocupam, actualmente, muito mais, em termos de filosofia do conhecimento, do que na altura da Guerra Fria. A fronteira entre os ESI e os Estudos de Política Internacional (EPI) mantêm-se relativamente fraca, muito focada, ainda, em poucos recursos estratégicos, em especial no petróleo. Isso acaba por ter reflexo no poder institucional da separação que ocorreu dentro das RI, entre os ESI e a EPI, nos anos 1970.

Outra conclusão, decorrente do nosso trabalho, é a de que a ação dos cinco elementos que foram enunciados e analisados, designados como ‘forças motrizes’ (a política das grandes potências – a tecnologia – os eventos-chave – a dinâmica interna dos debates académicos e a institucionalização) permaneceu no tempo, não havendo motivos que nos levem a concluir que deixarão de continuar a ser o principal pano de fundo dos ESI, todavia, têm-se mostrado dinâmicos, ao assumir valores, com diferentes impactos, em épocas distintas, em todo o seu processo de formação. A ‘política das grandes potências’ e a ‘tecnologia’ eram muito fortes durante a Guerra Fria e mais fracas durante os anos 1990. Os ‘debates académicos’ destacaram-se mais, durante os anos 1980 e 1990. Os ‘eventos’ assumiram um destaque específico a partir de 2001. Embora possamos afirmar que este processo, considerado no seu todo, tenha funcionado, não esteve isento de problemas, mostrando-se difícil sempre que se tornou necessário traçar linhas claras entre ‘eventos’ e os vários movimentos dentro dos tópicos da ‘política das grandes potências’ e da ‘tecnologia’. Disto são exemplos o fim da Guerra Fria, o lançamento do Sputnik e a disseminação das armas nucleares e.g. entre a China e a Índia. Não pode, contudo, afirmar-se que esses eventos tivessem posto em causa a metodologia adotada nos ESI.

Quanto ao seu estado atual e o seu futuro, passa um pouco por contar a sua história. Se perguntássemos o que eram os ESI nos anos 1960 e 1980, a resposta variava em função do modo como eles constituíram o seu próprio passado. Servindo-nos da genealogia de Foucault, de que “a história é sempre uma história do presente, no qual o passado é construído e, a partir daí, reconstruído à medida que o presente muda”, permitimo-nos afirmar que contar a história dos ESI a partir do presente, permite uma interpretação crítica e diferente da que foi contada noutra época. Isto levanta uma questão que é crucial, que é de saber até que ponto é possível ter uma ‘área’, num sentido disciplinar sociológico, se não houver ‘convergência’ entre as diferentes ‘perspetivas’. Isso acontece com as RI e também em relação aos ESI. Um cisma Estados Unidos-Europa tem sido identificado como uma importante linha de fratura no quadro dos ESI. A Europa tem adotado mais a Pesquisa da Paz, a Teria Crítica e os Pós-positivismos de todos os tipos. Os EUA seguem mais os Estudos Estratégicos e o Positivismo. Após Wolfers, as principais correntes norte-americanas revelam pouco interesse em repensar o conceito de segurança, enquanto na Europa esse é um assunto de relevo. De resto, devemos lembrar que a ‘convergência’ não é sinónimo de acordo, mas apenas de tentativa de uma visão comum sobre o que é importante discutir e de consensos básicos sobre quais os ‘fora’ e que tipos de meios possibilitam o diálogo. É assim que as possibilidades de ver a evolução dos ESI, como algo comprometido com a resposta às ‘quatro questões estruturantes’ (objeto de referência, localização das ameaças, setor de segurança e visão política de segurança), podem facilitar esse diálogo, porque trata de temas concetuais que estão no centro da ‘área’. As teorias podem-se localizar em campos opostos mas podem abordar as mesmas questões. São os casos da Segurança Humana e do Neo-realismo, a urgência do ‘desenvolvimento’ contra as questões militares, o interno contra o externo, entre outros. Mas mesmo que não se possa chegar a uma conclusão concreta, podemos afirmar que houve um processo de evolução que representa um sinal de progresso. Os ambientes mudam e as entidades ou se adaptam ou morrem, sem que haja nenhuma teleologia do progresso implícita. Daí que se pode concluir que, independentemente, das agendas epistemológicas, políticas ou normativas, se verifica sempre um aprofundamento da compreensão e do conhecimento. Sem dúvida que a dissuasão e o Controle de Armamentos, além de outras teorias da ‘era dourada’, criaram, conceitos mais profundos e processos de maior continuidade, como a Pesquisa da Paz, a propósito do êxito para as Ciências Sociais da descoberta empírica da teoria da ‘paz democrática’ e, ainda, o êxito da institucionalização dos ESI. Podemos concluir que os ESI existem para lidar com uma agenda sempre mutável de ameaças, que se desenvolvem apenas no sentido em que elas também se desenvolvem, devendo, portanto, acompanhá-las. De acordo com a sua história, os ESI produzirão sempre a quantidade de respostas necessárias para qualquer assunto em concreto, não se comprometendo, nunca, em conceber respostas consensuais únicas, mas lutando pelo sucesso das suas análises e propostas alternativas.

Também, a nossa visão sobre a evolução da estrutura dos ESI nos compromete, no nosso trabalho, como uma obra em progressão. Qualquer relato da sua história sobre determinado fato, desenvolveu-se em resposta às designadas ‘cinco forças motrizes’ (a política das grandes potências – a tecnologia – os eventos-chave – a dinâmica interna dos debates académicos e a institucionalização), que têm permanecido no tempo, não havendo motivos aparentes que nos levem a concluir que deixarão de continuar a ser o principal pano de fundo dos ESI, pelo que seria demasiado ousado, neste estágio tardio do trabalho, especular sobre as consequências da mudança do seu enquadramento básico. Se, por hipótese, todas as grandes potências se transformassem em potências democráticas liberais e se essa teoria se mostrasse correta, na sua previsão central, de que as democracias não entram em guerra umas com as outras, a variável ‘política das grandes potências’, do modo como foi apresentada, teria de ser removida ou transformada. Do mesmo modo, se os defensores de um governo mundial demonstrassem que a sua teoria estaria absolutamente correta, muitas premissas realistas que servem de base a uma boa parte dos ESI desapareceriam. Por mais interessante que fosse percorrer este caminho, abster-nos-emos de o fazer, pelas razões que evocamos, admitindo, porém, que todas elas interagem, algumas de forma mais significativa que outras. As cinco forças referidas constituem um quadro teórico em que as variáveis devem ser interpretadas como categorias analíticas, deixando espaço para outras que possam vir a juntar-se-lhes.

Para terminar, arriscamos afirmar que quaisquer que sejam as mudanças que venham a moldar o futuro dos ESI, mesmo perante o reforço da agenda militar, parece improvável que todos os movimentos ampliadores dos ESI se percam. Os pesquisadores da paz, os construtivistas, os teóricos críticos da segurança, as feministas e os pós-estruturalistas tiveram uma importância decisiva na evolução do conceito de ‘ameaça’, muito para além dos conceitos puramente materiais, caminhando num sentido mais vocacionado para questões sociais e políticas. Seja o que venha a acontecer, é mais provável que a agenda futura sobre ESI se reforce, à custa do seu aprofundamento analítico, conseguido a tanto custo, mais do que forçar um retorno ao mundo limitado dos Estudos Estratégicos da Guerra Fria, embora, assinala-se, que os seus valores podem variar, a todo o tempo, de acordo com a conjuntura global. Nada é certo. No entanto, é indesmentível que os ESI, nos últimos sessenta anos, percorreram um longo caminho e permanecerão, com certeza, num vasto campo de estudos capaz de pensar e responder aos novos interesses da segurança.

Fontes

ATLAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – BONIFACE, Pascal (2000), Lisboa Plátano Edições Técnicas.

- CIÊNCIA POLÍTICA - MOREIRA, Adriano (2006), Coimbra, Edições Almedina, SA.
- DICIONÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - SOUSA, Fernando, MENDES, Pedro (Coord.), (2014), Porto, Edições Afrontamento, CEPES.
- DICIONÁRIO DE TERRORISMO - MARIA BENEGAS, José (2004): Madrid, Edición Espasa Calpe, SA.
- DICIONÁRIO DE TERMOS E CITAÇÕES DE INTERESSE POLÍTICO E ESTRATÉGICO - RIBEIRO, Contributo Henrique M. Lages (2008), Lisboa, Gradiva Publicações, Lda.
- HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CARLOS, César Lima da Silva Motta (2002), Lisboa, Universidade Lusíada, Departamento de Publicações.
- TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - MOREIRA, Adriano (2005), Coimbra, Edições Almedina, SA.
- THE GLOBALIZATION OF WORLD POLITICS - An introduction to International Politics (3th. Edition) BAYLIS, John and SMITH, Steve (2005), Oxford, Oxford University Press.
- RELAÇÕES INTERNACIONAIS - AS TEORIAS EM CONFRONTO - E. DOUGHERTHY, James; PFALTZGRAFF JR. Robert L (2003): Lisboa, Gradiva Publicações, Lda.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (2005): *De La Guerra* (Versión Integra), Madrid, La Esfera de los Libros, SL.
- CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA Nacional 2013 - Contributos e Debate Público (2013), Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- I CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA (2010), Diário de Bordo, Europress - Editores e Distribuidores de Publicações, Lda. (Com o Alto Patrocínio da Sua Excelência o Presidente da República).
- COUTO, Abel Cabral (1989): *Elementos de Estratégia*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM/IESM), Exército Português, NC-70-00-01.
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2010), Manual de Geopolítica e Geoestratégia - Conceitos Teorias e Doutrinas, v. I, II, Coimbra, Edições Almedina, SA.
- DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2011), Editora Revista dos Tribunais, Lda. 9ª. ed., São Paulo, Brasil.
- FRIEDMAN, L. Thomas (2009), O MUNDO É PLANO - O Mundo Globalizado no Século XXI, 3ª ed. atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Objetiva 2009.
- JUDT, Tony (2011), PÓS-GUERRA - História da Europa desde 1945, Lisboa, Edições 70, Lda.
- SANTOS, Loureiro dos (2014): Reflexões sobre Estratégia (I a VII) - *Tempos de Crise*, Lisboa, Diário de Bordo Edição.

Bibliografia

- ALKER, Hayward R (1988): Emancipatory Empiricism: Toward a Renewal of Empirical Peace Research. In: WALLENSTEEN, Peter (ed.). *Peace Research: Achievements and Challenges*. Boulder, Westview, p. 219-41.
- ANDERSON, Benedict (1991): *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, p.17.
- ARON, Raymond (1965): *The Great Debate*. Nova York: Doubleday.

- ASHLEY, Richard K (1981): Political Realism and Human Interests. *International Studies Quarterly*, v. 25, n. 2, p. 204- 36.
- BARNETT, Jon (2007): Environmental Security. In: COLLINS, Alan R. (ed.): *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, p. 189.
- BARNETT, Michael (2006): Building a Republican Peace: Stabilizing States after War. *International Security*, v.30, n. 4, p. 87-112.
- BEAUFRE, Andre: *An Introduction to Strategy*. Londres: Faber & Faber, 1965.
- BECK, Ulrich (1992): *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: SAGE.
- _____ (1999): *World Risk Society*. Cambridge: Polity Press.
- BELL, Colleen (2006): Biopolitical Governance in Canada's National Security Policy. *Security Dialogue*, v. 37, n. 2, p. 147-65.
- BUZAN, Barry (1983): *People, States and Fear*. The National Security Problem in International Relations, Londres: Harvester Wheatsheaf, p. 3.
- _____ (1984a): Peace, Power, and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations. *Journal of Peace Research*, v. 21, n. 2, p. 109-25.
- _____ (1984b): Economic Structure and International Security: The Limits of the Liberal Case. *International Organization*, v.38, n.4, p. 597 -624.
- _____ (1987a): *An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations*. Londres: Macmillan.
- BUZAN, Barry et al. (1990): *The European Security Order Recast*. Scenarios for the Post-Cold War Era, Londres: Pinter, p. 9.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (2012): A evolução dos Estudos de Segurança Internacional; tradução Flávio Lira. São Paulo Editora Unesp, Brasil.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (eds.) (2007): *International Security*. Londrcs: SAGE.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security* (1998): A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner, pp. 21, 24, 71-72
- BILGIN, Pinar (2003): Individual and Societal Dimensions of Security. *International Studies Review*, v. 5, n. 2, p. 203-22.
- _____ (2008): Thinking Past "Western" IR? *Third World Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 5-23.
- BOULDING, Elise (1984): Focus On: The Gender Gap. *Journal of Peace Research*, v. 21, n.1, p. 2-3.
- BOYLE, Michael J. (2008): The War on Terror in American Grand Strategy. *International Affairs*, v. 84, n. 2, p.191-209.
- BRODIE, Bernard (1976): Technological Change, Strategic Doctrine and Political Outcomes. In KNORR, Klaus (ed.). *Historical Dimensions of National Security Problems*. Laurence, University Press of Kansas, p. 263-306.
- CAMPBELL, David (1990): Global Inscription: How Foreign Policy Constitutes the United States. *Alternatives*, v. 15, n. 3, 1990, p. 270.
- _____ (1992): *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Manchester: Manchester University Press.
- COHN, Carol (1987): Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. *Signs*, v.12, n. 4, p. 711.
- DALBY, Simon (1988): Geopolitical Discourse: The Soviet Union as Other. *Alternatives*, v.13, n. 4, p. 416.
- DE MESQUITA, Bruce B.; MORROW, James D (1999): Sorting Through the Wealth of Notions. *International Security*, v. 24, n. 2, p. 56-73.
- _____ (1982): RIKER, William H: An Assessment of the Merits of Selective Nuclear Proliferation. *Journal of Conflict Resolution*, v. 26, n. 2, p. 283-306.

- DeBLOIS, Bruce M. et. Al (2004): Space Weapons: Crossing the US Rubicon. *International Security*, v. 29, n. 2, p. 50-84.
- DER DERIAN, James (2005): Imaging Terror: Logos, Pathos and Ethos. *Third World Quarterly*, v. 26, n. 1, p. 23-37.
- DILLON, Michael; REID, Julian (1990): The Alliance of Security and Subjectivity. *Current Research on Peace and Violence*, v.13, n. 3, pp.102, 103.
- DOUGLAS, Frank Scott (2007): Waging the Inchoate War: Defining, Fighting and Second-guessing the "Long War". *Journal of Strategic Studies*, v. 30, n. 3, p. 391-420.
- EPSTEIN, Charlotte (2007): Guilty Bodies, Productive Bodies, Destructive Bodies: Crossing the Biometric Borders. *International Political Sociology*, v.1, n. 2, p. 149-64.
- ESTEVES, João Amorim (2011): *Questões Políticas e Estratégicas na Bacia do Mediterrâneo*, Revista n. 4, 2. Semestre, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, p. 29-68.
- _____: (2012): *A Intervenção da Comunidade Internacional na Primavera Árabe*, Revista n. 5/6, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, pp.97-170.
- FREEDMAN, Lawrence (1981a): *The Evolution of Nuclear Strategy*. Londres: Macmillan. (Edições subsequentes em 1989 e 2003).
- _____(1981b): Britain: The First Ex-nuclear Power? *International Security*, v. 6, n. 2, p. 80-104.
- _____(2006a): Iraq, Liberal Wars and Illiberal Containment. *Survival*, v. 48, n. 4, p. 51-66.
- _____(2006b):The Transformation of Strategic Affairs. *Adelphi* n. 378, Londres: IISS.
- FRIEDMAN, George (2010): The Next 100 Years (Os Próximos 100 Anos -Uma previsão para o Século XXI), 3ª. ed. Alfragide, Portugal.
- _____: (2012): *The Next Decade - Where we've been... and Where We're Going* (A Próxima Década), 1ª. ed. Alfragide, Portugal.
- GALLOIS, Pierre (1961): The Balance of Terror: Strategy for the Nuclear Age. Boston: Houghton Mifflin.
- GALTUNG, Johan (1969): Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, pp. 168, 171, 175, 183.
- GLEDITSCH, Nils P (1989): Focus On: Journal of Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 26, n. 1, p. 4.
- GRAY Colin S (1980): Strategic Stability Reconsidered. *Daedalus*, v. 109, n. 4, pp.139, 142.
- HANSEN, Lene (2006): *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. Londres: Routledge.
- HASSNER, Pierre (1968): The Changing Context of European Security. *Journal of Common Market Studies*, v. 7, n. 1, p.1-21.
- HERZ, John (1950): Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, v. 2, n. 2, p. 157.
- HOLMES, Terence M (2007): Planning versus Chaos in Clausewitz's On War. *Journal of Strategic Studies*, v. 30, n. 1, p. 129-51.
- HOOK, Glenn D (1984): The Nuclearization of Language: Nuclear Allergy as Political Metaphor. *Journal of Peace Research* v. 21, n. 3, p. 260.
- HOWARD, Michael (1973): The Relevance of Traditional Strategy. *Foreign Affairs*, v. 51, n. 2, p. 253-66.
- _____(1976): The Strategic Approach to International Relations. *British Journal of International Studies*, v. 2, n. 1, p. 67-75.

- _____ (1979): The Forgotten Dimensions of Strategy. *Foreign Affairs*, v. 57, n. 5, p. 975-86.
- _____ (1981): War and the Liberal Conscience. Oxford: Oxford University Press.
- HUNTINGTON, Samuel P: Why International Primacy Matters. *International Security*, v.17, n. 4, 1993b, p. 68-83.
- _____ (1999): The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, v. 78, n. 2, p. 35-49.
- IKENBERRY, G. John (2001a): *After Victory: Institutions, Strategic Restraint and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- _____ (2001b): American Grand Strategy in the Age of Terror. *Survival*, v. 43, n. 4, p. 19-34.
- JERVIS, Robert (1979/80): Why Nuclear Superiority Doesn't Matter. *Political Science Quarterly*, v. 94, n. 4, p. 630.
- KAGAN, Robert (2002): Power and Weakness. *Policy Review*, n. 113, p. 1-29.
- KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) (1996a): *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova York: Columbia University Press.
- KAUFMANN, Chaim (1996): Possible and Impossible Solutions to Ethnic Civil Wars. *International Security*, v. 20, n. 4, p.136-75.
- KENNAN, George F (1947): The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, v. 25, n. 4, p. 581.
- KEOHANE, Robert O (1988): International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 379-96 (cap. 2-3).
- KINSEY, Christopher (2007): *Corporate Soldiers and International Security: The Rise of Private Military Companies*. Londres: Routledge.
- KNORR, Klaus; TRAGER, Frank N (1977): *Economic Issues and National Security*. Lawrence: Regents Press of Kansas for the National Security Education Program.
- KOBLENTZ, Gregory: Pathogens as Weapons (2003/4): The International Security Implications of Biological Warfare. *International Security*, v. 28, n. 3, p. 84-122.
- KRAUSE, Keith (1996): Insecurity and. State Formation in the Global Military Order: The Middle Eastern Case. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 3, p. 319-54.
- KUPCHAN, Charles A (1998): After Pax Americana: Benign Power, Regional Integration and the Sources of Stable Multipolarity. *International Security*, v. 23, n. 2, p. 40-79.
- LIDDELL HART, Basil (1946): *The Revolution in Warfare*. Londres: Faber &Faber.
- MATHEWS, Jessica T (1989): Redefining Security. *Foreign Affairs*, v. 68, n. 2, p. 162-77.
- MARTEN, Kimberly Z (2007): Warlordism in Comparative Perspective. *International Security*, v. 31, n. 3, p. 41-73.
- MEARSHEIMER, John J (1990): Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War. *International Security*, v. 15, n.1.
- MEARSHEIMER, John J: Hans Morgenthau and the Iraq War: Realism versus Neo-conservatism. Disponível em: www.opendemocracy.net. (acesso em 24Out2014).
- WILLIAMS, Michael C (1998): Identity and the Politics of Security. *European Journal of International Relations*, v. 4, n. 2, p. 204-25.
- _____ (2005): What is the National Interest? The Neoconservative Challenge in IR Theory. *European Journal of International Relations*, v.11, n. 3, p. 307-37.

- _____ (2007): *Culture and Security: Symbolic Power and the Politics of International Security*. Londres: Routledge, p. 17.
- MORGENTHAU, Hans J (1946): *Scientific Man versus Power Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____ (1951): *In Defense of the National Interest*. Nova York: Knopf.
- _____ (1978): *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 5.ed. Nova York: Knopf.
- NYE, Joseph S. Jr (1974): Collective Economic Security. *International Affairs*, v. 50, n. 4, p. 584-98.
- _____ (1986): Nuclear Winter and Policy Choices. *Survival*, v. 28, n. 2, p.119-27.
- _____ (1990): Soft Power. *Foreign Policy*, n. 80, p. 153-71.
- _____ (2002): *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower can't go it Alone*, Oxford: Oxford University Press.
- PARMAR, Inderjeet (2005): Catalyzing Events, Think Tanks and American Foreign Policy Shifts: A Comparative Analysis of the Impacts of Pearl Harbor 1941 and 11 September 2001. *Government and Opposition*, v. 40, n. 1, p. 17.
- PERCY, Sarah (2006): Regulating the Security Industry. *Adelphi* 384, Londres: IISS.
- POSEN, Barry R (1993): The Security Dilemma and Ethnic Conflict. *Survival*, v. 35, n.1, p. 27-47.
- _____ (2001/2): The Struggle Against Terrorism: Grand Strategy, Strategy and Tactics. *International Security*, v. 26, n. 3, p.39-55.
- ROSECRANCE, Richard (1975): Strategic Deterrence Reconsidered. *Adelphi* 116, London: IISS.
- RUDDICK, Sara (1989): *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*. Boston: Beacon Press, pp. 85, 145.
- SAMSON (2007): Vitoria Prospects for Russian-American Missile Defence Cooperation: Lessons from RAMOS and JDEC. *Contemporary Security Policy*, v. 28, n. 3, p. 494-512.
- NUNES, Isabel Ferreira (Coord.) (2013): *Segurança Internacional – Perspetivas Analíticas*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SINGER, P. W (2001/2): Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry and Its Ramifications for International Security. *International Security*, v. 26, n. 3, p.186- 220.
- SLOCOMBE, Walter B (2008): Europe, Russia and American Missile Defence. *Survival*, v. 50, n. 2, p.19-24.
- STEEL, Ronald (2007): An Iraq Syndrome? *Survival*, v. 49, n. 1, p.153-62.
- SNOW, Donald M (1979): Current Nuclear Deterrence Thinking. *International Studies Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 445-86.
- THOMAS, Ward (2000): Norms and Security: The Case of International Assassination. *International Security*, v.25, n. 1, p. 105-33.
- WALKER, R. B. J (1987): Realism, Change and International Political Theory. *International Studies Quarterly*, v. 31, n. 1, p. 65-86.
- _____ (1990): Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics. *Alternatives*, v. 15, n. 1, p. 3-27.
- _____ (1993): *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (1997): The Subject of Security. In KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (eds.). *Critical Security Studies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 61-81.

- _____ (2006): Lines of Insecurity: International, Imperial, Exceptional. *Security Dialogue*, v. 37, n.1, p. 65-82.
- ULLMAN, Richard (1983): Redefining Security. *International Security*, v. 8, n. 1, p.129-53.
- WALT, Stephen M (1991): The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 223.
- WALTZ, Kenneth N (1964): The Stability of a Bipolar World. *Daedalus*, v. 93, n. 3, p. 881-909.
- _____ (1979): *Theory of International Politics*. Reading MA: Addison-Wesley.
- _____ (1993): The Emerging Structure of International Politics. *International Security* v. 18, n. 2, 1993, p. 44-79.
- WAEVER, Ole (1995): Securitization and Desecuritization. In LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.): *On Security*. Nova York: Columbia University Press, p. 46-86.
- _____ (1997): The Baltic Sea: A Region after Post-modernity? in JOENNIEMI, Pertti (ed.): *Neo-nationalism or Regionality: The Restructuring of Political Space Around the Baltic Rim*. Estocolmo: NordREFO, p. 293-342.
- _____ (1998): The Sociology of a not so International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 687-727.
- _____ (2006): Security: A Conceptual History for International Relations. Disponível em: www.libertysecurity.org. (acesso em 24Out2014).
- _____ (2007): Still a Discipline After all these Debates? In: DUNNE, Tim, KURKI, Milja; SMITH, Steve (eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*, Oxford: Oxford University Press, p. 288-308.
- WAEVER, Ole et. Al (1993): *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. Londres: Pinter.
- WEBER, Cynthia (2006a): An Aesthetics of Fear: The 7/7 Londres Bombings, the Sublime and Werenotafraid.com. *Millennium*, v. 34, n. 3, p. 683-710.
- WELDES, Jutta (1996): Constructing National Interests. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 3, p. 275-318.
- WILKINSON, Paul (1986): *Terrorism and Liberal State*, 2nd. ed. New York, New York University Press.
- WOLF, Klaus Dieter; DEITELHOFF, Nicole; ENGERT, Stefan (2007): Corporate Security Responsibility: Towards a Conceptual Framework for a Comparative Research Agenda. *Cooperation and Conflict*, v. 42, n. 3, 2007, p. 294-320.
- WOLFERS, Arnold (1952): National Security as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, v. 67, n. 4, p. 485.
- YERGIN, Daniel (1978): *Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State*. Boston: Houghton Mifflin.

Sites especializados

- www.libertysecurity.org . (acesso em 24Out2014).
- www.opendemocracy.net/democracy-americanpower/morgenthau_2522.jsp (acesso em 24Out2014).
- www.st-andrews.ac.uk/~cstpv/ (acesso em 24Out2014).
- <http://www.infopeace.org/911/index.cfm?id=13> (acesso em 24Out 2014)